

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

01100 – PROFESSOR PEDAGOGO – TIPO A

Frase: **A disciplina fortalece o aprendizado.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **65 (sessenta e cinco)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova de redação;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova de redação.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova de redação para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova de redação para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

- **Texto para as questões de 1 a 12.**

Entre Diretrizes e Práticas: a BNCC como bússola do trabalho docente

Antenor Teixeira de Almeida Júnior

O cotidiano escolar tem exigido do professor uma atuação cada vez mais consciente, reflexiva e alinhada às diretrizes educacionais vigentes. Nesse cenário, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configura-se como um documento orientador fundamental, pois estabelece referenciais comuns para a organização do ensino, sem desconsiderar as especificidades locais. Mais do que um texto normativo, a BNCC tem sido compreendida como um instrumento que vem articulando expectativas de aprendizagem e práticas pedagógicas.

No exercício da docência, os professores têm recorrido à BNCC para planejar, revisar e avaliar suas ações didáticas. Ao definir competências e habilidades, o documento tem possibilitado maior clareza quanto aos objetivos educacionais, favorecendo a coerência entre o que se ensina, o que se aprende e o que se avalia. Nesse processo, têm sido incorporadas práticas que ampliam o protagonismo discente e fortalecem a intencionalidade pedagógica.

Observa-se, ainda, que a BNCC tem contribuído para a integração entre áreas do conhecimento, uma vez que propõe o desenvolvimento de aprendizagens essenciais ao longo da educação básica. Tal proposta tem exigido dos docentes uma leitura atenta do documento, bem como a capacidade de reinterpretar conteúdos tradicionais à luz de novas demandas formativas. Assim, o currículo escolar tem sido progressivamente reorganizado.

Apesar de sua relevância, a implementação da BNCC não tem ocorrido sem desafios. Muitos professores têm apontado a necessidade de formação continuada, visto que novas concepções de ensino e aprendizagem têm sido exigidas. Além disso, questões relacionadas à infraestrutura e às condições de trabalho ainda têm limitado a efetivação plena das orientações curriculares.

Dessa forma, a BNCC consolida-se como uma referência indispensável ao trabalho docente, ao mesmo tempo em que convoca os professores a um movimento contínuo de estudo, reflexão e adaptação. Ao orientar o ensino, o documento tem promovido uma prática pedagógica mais consciente e alinhada às demandas contemporâneas, reforçando o papel do professor como mediador do conhecimento.

1. De acordo com o texto, a função central atribuída à BNCC no cotidiano escolar é:

- (A) orientar o trabalho docente por meio de referenciais comuns, respeitando as especificidades locais.
- (B) padronizar rigidamente as práticas pedagógicas em todo o território nacional.
- (C) substituir a autonomia docente por prescrições curriculares fixas.
- (D) limitar o currículo escolar às competências avaliadas externamente.
- (E) uniformizar metodologias de ensino independentemente do contexto escolar.

2. A partir da leitura global do texto, é possível inferir que a BNCC, no cotidiano escolar, tem provocado uma transformação no trabalho docente que se caracteriza, sobretudo, pela:

- (A) substituição das práticas pedagógicas tradicionais por metodologias padronizadas e homogêneas, definidas de forma centralizada pelo documento.
- (B) eliminação da autonomia do professor, uma vez que as diretrizes curriculares passam a determinar rigidamente conteúdos, métodos e formas de avaliação.
- (C) centralidade exclusiva na definição de conteúdos mínimos, relegando a segundo plano as dimensões formativas e reflexivas do ensino.
- (D) resolução imediata dos problemas estruturais da escola, garantindo condições materiais adequadas para a plena implementação do currículo.
- (E) reconfiguração progressiva da prática docente, que exige planejamento consciente, leitura crítica do documento e adaptação às demandas formativas contemporâneas.

3. Considerando a progressão temática e a disposição argumentativa dos parágrafos ao longo do texto, é correto afirmar que sua organização estrutural se caracteriza por um encadeamento que:

- (A) apresenta exemplos antes da formulação conceitual.
- (B) parte da contextualização geral para o aprofundamento progressivo da temática.
- (C) repete a mesma ideia sob diferentes formulações.
- (D) privilegia dados estatísticos em detrimento da argumentação.
- (E) fragmenta o tema sem progressão lógica.

4. Considerando os mecanismos de articulação discursiva e a função dos operadores argumentativos na construção da progressão textual, é correto afirmar que, no trecho “Observe, ainda, que a BNCC tem contribuído...”, a expressão “ainda” desempenha a função de:

- (A) operador discursivo de contraste, responsável por instaurar uma relação de oposição implícita entre segmentos textuais.
- (B) marcador conclusivo, empregado para encerrar uma sequência argumentativa previamente desenvolvida.
- (C) operador argumentativo de acréscimo, que introduz um novo argumento em continuidade aos anteriores, reforçando a progressão textual.
- (D) conector explicativo, cuja função é justificar ou esclarecer o enunciado precedente por meio de relação causal.
- (E) operador consecutivo, responsável por indicar efeito ou resultado decorrente do argumento anterior.

5. Considerando os processos de construção de sentido do texto e a significação contextual de expressões polissêmicas no discurso educacional, é correto afirmar que, no texto, a expressão “protagonismo discente” designa:

- (A) a centralização do processo de ensino-aprendizagem na figura do professor como principal agente da ação pedagógica.
- (B) a substituição da função docente pela atuação autônoma e independente do estudante no processo educativo.
- (C) o predomínio do domínio técnico dos estudantes sobre os conteúdos curriculares, desvinculado de mediação pedagógica.
- (D) a atuação ativa e responsável do estudante na construção de sua aprendizagem, mediada por práticas pedagógicas intencionalmente orientadas.
- (E) a supressão do papel mediador do professor em favor de uma aprendizagem espontânea e não sistematizada.

6. À luz dos mecanismos de coesão referencial e considerando os processos de retomada e encadeamento de referentes ao longo do texto, assinale a alternativa correta acerca do funcionamento coesivo dos elementos linguísticos empregados.

- (A) O termo “Nesse cenário” estabelece uma relação de coesão exclusivamente sequencial, sem vínculo referencial com informações previamente apresentadas no texto.
- (B) A expressão “Tal proposta” introduz um novo referente discursivo, independente das ideias anteriormente desenvolvidas sobre a BNCC.
- (C) O sintagma “o documento”, recorrente no texto, atua como mecanismo anafórico de retomada da Base Nacional Comum Curricular, contribuindo para a manutenção do referente central e para a continuidade temática.
- (D) A expressão “Dessa forma” exerce função de catáfora, antecipando informações que só serão explicitadas nos parágrafos subsequentes.
- (E) O emprego de “Além disso” constitui mecanismo de elipse nominal, uma vez que omite o referente principal para evitar repetição excessiva.

7. Tendo em vista os valores temporais e aspectuais expressos pelo tempo verbal composto no período “o currículo escolar tem sido progressivamente reorganizado”, assinale a alternativa cuja reescrita preserva, de forma mais adequada, o sentido global do enunciado, sem alteração relevante de tempo, aspecto ou orientação discursiva.

- (A) o currículo foi reorganizado de modo imediato.
- (B) o currículo reorganiza-se de forma abrupta.
- (C) o currículo será reorganizado futuramente.
- (D) o currículo vinha sendo reorganizado.
- (E) o currículo vem passando por reorganizações graduais.

8. Considerando as normas ortográficas vigentes, especialmente no que se refere ao emprego do hífen em formações vocabulares prefixais, e tomando como referência os critérios estabelecidos pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a alternativa cuja grafia está plenamente adequada à norma-padrão.

- (A) Além-mar.
- (B) Semvergonha. (substantivo)
- (C) Intra-venoso.
- (D) Hiperrealidade.
- (E) Microondas.

9. Considerando as regras de acentuação gráfica da língua portuguesa e a classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica, assinale a alternativa cuja palavra recebe acento gráfico por se enquadrar na classe das palavras esdrúxulas e para evitar o erro de prosódia denominado silabada.

- (A) Côndor.
- (B) Íterim.
- (C) Rúbrica.
- (D) Ávaro.
- (E) Cíclope.

10. Considerando a análise sintática do período e a relação estabelecida entre o verbo e seus complementos, assinale a alternativa correta quanto à função sintática exercida pelo sintagma nominal “uma prática pedagógica” no trecho “o documento tem promovido uma prática pedagógica”.

- (A) Sujeito.
- (B) Complemento nominal.
- (C) Objeto direto.
- (D) Predicativo do sujeito.
- (E) Adjunto adnominal.

11. À luz da sintaxe do período e considerando a distinção entre relações paratáticas e hipotáticas, assinale a alternativa correta quanto à organização sintática do período “Apesar de sua relevância, a implementação da BNCC não tem ocorrido sem desafios.”

- (A) O período estabelece uma relação de parataxe adversativa entre duas orações independentes.
- (B) O período apresenta uma relação de hipotaxe substantiva, em que a oração inicial exerce função nominal.
- (C) O período estrutura-se por meio de hipotaxe adjetiva, caracterizando o termo antecedente.
- (D) O período organiza-se por hipotaxe adverbial concessiva, introduzida por elemento subordinador de valor concessivo.
- (E) O período constitui-se por parataxe explicativa, com valor de esclarecimento do enunciado principal.

12. Considerando os princípios normativos da colocação pronominal e a relação sintática entre sujeito, verbo e pronome clítico em contextos de início de oração, assinale a alternativa em que a posição do pronome está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Não tem-se promovido mudanças.
- (B) Promoveu-se, recentemente, mudanças.
- (C) O documento se tem consolidado.
- (D) Tem consolidado-se o documento.
- (E) Se a visse, iria logo falar-lhe sobre o assunto.

- **Texto para as questões de 13 a 15.**

Planejar para Ensinar: a sala de aula como espaço de intencionalidade pedagógica

O planejamento pedagógico constitui-se como uma dimensão central do trabalho docente, especialmente quando se compreende o ensino como prática intencional e sistemática. Conforme destaca José Carlos Libâneo, planejar não significa apenas organizar conteúdos, mas antecipar ações, prever dificuldades e articular objetivos, métodos e avaliação. Trata-se de uma atividade que orienta o fazer docente e confere sentido às práticas em sala de aula.

No contexto escolar, o planejamento precisa estar articulado às finalidades educativas da escola e às características dos estudantes. Cabe ao professor definir o que será ensinado, a que se destina esse ensino e de que modo ele será desenvolvido. Nesse processo, conteúdos, estratégias e recursos devem ser selecionados com critério, respeitando a coerência entre fins e meios.

Libâneo ressalta que o planejamento não é uma tarefa rígida ou imutável, mas um instrumento flexível, que se ajusta às situações concretas do ensino. Ao longo do processo educativo, o professor pode rever decisões, reorganizar atividades e redefinir percursos, desde que mantenha clareza quanto aos objetivos propostos. Assim, planejar implica acompanhar, avaliar e redirecionar continuamente a prática.

Além disso, o planejamento contribui para a articulação entre os diferentes momentos do trabalho pedagógico. Ao prever ações, o docente evita improvisações excessivas e assegura maior domínio do processo de ensino. Verbos como abolir práticas descontextualizadas, precaver-se contra a dispersão e reaver o sentido do ensino ilustram a necessidade de escolhas conscientes e fundamentadas.

Conclui-se, portanto, que o planejamento é condição essencial para a efetividade do trabalho docente. Ao orientar a ação pedagógica, ele favorece a coerência do ensino e fortalece a autonomia profissional do professor. Planejar é, assim, um exercício permanente de reflexão, que qualifica a prática educativa e contribui para a formação integral dos estudantes.

Texto adaptado de LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo. Cortez, 1992.

13. Com base no primeiro parágrafo do texto e considerando os princípios da concordância verbal na norma-padrão, assinale a alternativa que apresenta corretamente a justificativa para o emprego da forma verbal no singular ou no plural, em função da estrutura sintática do período e das relações estabelecidas entre verbo e seus termos.

- (A) “constitui-se” está na terceira pessoa do singular porque concorda com o núcleo do sujeito “pedagógico”.
- (B) “significa” está na terceira pessoa do singular porque estabelece concordância com o verbo “organizar”, que funciona como seu complemento.
- (C) “orienta” encontra-se na terceira pessoa do singular porque tem como sujeito o sintagma nominal “o fazer docente”.
- (D) “trata-se” está na terceira pessoa do singular porque o verbo “tratar-se de”, com sentido de “consistir” ou “dizer respeito a”, configura-se como impessoal, não admitindo sujeito.
- (E) “confere” está na terceira pessoa do singular porque o núcleo do sujeito é “fazer”, retomado pelo pronome relativo “que”.

14. Considerando a definição de verbos defectivos e tomando como referência os usos linguísticos presentes no texto, assinale a alternativa em que o verbo está corretamente empregado segundo a norma-padrão, sem violação de lacunas de conjugação reconhecidas pela gramática normativa.

- (A) Eles aboliram antigas práticas.
- (B) Eu reavo o sentido do ensino.
- (C) Nós precavemos os alunos.
- (D) Eu explodo de entusiasmo.
- (E) Eu falho ao planejar.

15. Com base exclusivamente no texto e considerando as regras de regência verbal e nominal da língua portuguesa na norma-padrão, assinale a alternativa cuja reescrita mantém o sentido do texto original e apresenta relação sintática adequada ao verbo ou ao nome e ao seu complemento, sem violação das exigências de preposição.

- (A) “o planejamento escolar precisa estar articulado os propósitos...”
- (B) “que se ajusta aos cenários efetivos do ensino.”
- (C) “Cabem os discentes definir...”
- (D) “Trata-se de uma atividade que orienta o fazer docente e confere sentido os procedimentos em sala de aula.”
- (E) “Nesse processo, conteúdos, estratégias e recursos devem ser selecionados aos indicadores...”

Direitos humanos, ética e cidadania

- 16.** A CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres) é o principal tratado internacional da ONU, adotado em 1979 e conhecido como a “Carta de Direitos Humanos das Mulheres”. Estabelece obrigações legais para estados signatários eliminarem a discriminação de gênero e promoverem a igualdade em áreas como política, trabalho, saúde e família. Ensina a CEDAW que os Estados Partes condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas, concordam em seguir, por todos os meios apropriados e sem dilações, uma política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher, e com tal objetivo se comprometem, corretamente, a:
- (A) Adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proibam toda discriminação contra a mulher; Participar na formulação de políticas governamentais e na execução destas, e ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais; dentre outros enumerados no art. 2º da própria CEDAW.
 - (B) Derrogar todas as disposições penais nacionais que constituam discriminação contra a mulher; Modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres; dentre outros enumerados no art. 2º da própria CEDAW.
 - (C) Abster-se de incorrer em todo ato ou prática de discriminação contra a mulher e zelar para que as autoridades e instituições públicas atuem em conformidade com esta obrigação; Consagrar, se ainda não o tiverem feito, em suas constituições nacionais ou em outra legislação apropriada o princípio da igualdade do homem e da mulher e assegurar por lei outros meios apropriados a realização prática desse princípio; dentre outros enumerados no art. 2º da própria CEDAW.
 - (D) Estabelecer a proteção jurídica dos direitos da mulher numa base de igualdade com os do homem e garantir, por meio dos tribunais nacionais competentes e de outras instituições públicas, a proteção efetiva da mulher contra todo ato de discriminação; Garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social e o reconhecimento da responsabilidade comum de homens e mulheres no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento de seus filhos, entendendo-se que o interesse dos filhos constituirá a consideração primordial em todos os casos; dentre outros enumerados no art. 2º da própria CEDAW.
 - (E) Tomar as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização ou empresa; Assegurar acesso a serviços médicos adequados, inclusive informação, aconselhamento e serviços em matéria de planejamento familiar; dentre outros enumerados no art. 2º da própria CEDAW.
- 17.** Define a Lei Federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) que se considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as medidas corretamente informadas apenas em:
- (A) Advertência e Detenção; dentre outras enumeradas no art. 112 do ECA.
 - (B) Prestação de serviços à comunidade e Trabalho obrigatório em instituição pública; dentre outras enumeradas no art. 112 do ECA.
 - (C) Internação em estabelecimento educacional e Prisão especial; dentre outras enumeradas no art. 112 do ECA.
 - (D) Inserção em regime de semiliberdade e Impedimento; dentre outras enumeradas no art. 112 do ECA.
 - (E) Obrigação de reparar o dano e Liberdade assistida; dentre outras enumeradas no art. 112 do ECA.
- 18.** As regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça juvenil adotadas pela resolução nº 40/33 da Assembleia Geral, de 29 de novembro de 1985, também são chamadas de Regras de Beijing. As regras mínimas são deliberadamente formuladas para serem aplicáveis dentro de diferentes sistemas jurídicos e, ao mesmo tempo, para estabelecer alguns padrões mínimos para o tratamento de adolescentes a quem se atribui prática de ato infracional sob qualquer definição de adolescente e sob qualquer sistema de tratamento de adolescentes a quem se atribui prática de ato infracional. As regras devem ser sempre aplicadas de forma imparcial e sem distinção de qualquer tipo e por extensão, como corretamente exposto apenas em:
- (A) Enfatizar o bem-estar de adolescentes e deve assegurar que qualquer resposta aos(às) adolescentes a quem se atribui prática de ato infracional seja sempre proporcional às circunstâncias dos(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e da infração.
 - (B) Garantir condições processuais básicas, como a presunção de inocência, o direito de ser notificado(a) das acusações, o direito de permanecer em silêncio, dentre outros.
 - (C) Garantir a devida prestação de contas em todas as fases e níveis no exercício dessa discricionariedade.
 - (D) Processar adultos(as) jovens em cumprimento de medida socioeducativa, dependendo, é claro, de cada limite de idade determinado.
 - (E) Reconhecer o conceito de idade de responsabilidade penal de adolescentes, o início dessa idade não deve ser fixado em faixa etária muito baixa, tendo em vista os fatores de maturidade emocional, mental e intelectual.

19. A inclusão e a diversidade no Brasil em 2025-2026 concentram-se no fortalecimento de marcos legais para garantir equidade em educação, direitos sociais e combate ao racismo e preconceitos. Assim, foi instituída a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, instrumento de implementação da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, por meio de ação conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cujo objetivo está corretamente exposto em:

- (A)** garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, dentre outros.
- (B)** expandir e consolidar a formação continuada em serviço dos profissionais de educação das redes públicas de ensino, dentre outros.
- (C)** promover a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até o ensino superior, dentre outros.
- (D)** assegurar o acesso, a participação, a permanência e a aprendizagem dos estudantes que são o público da educação especial nos estabelecimentos de ensino, em classes comuns, dentre outros.
- (E)** ofertar tecnologias assistivas e adaptações razoáveis, de acordo com as necessidades individuais, em interação com os contextos educacionais, dentre outros.

20. As situações que configuram conflito de interesses envolvendo ocupantes de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo Federal, os requisitos e restrições a ocupantes de cargo ou emprego que tenham acesso a informações privilegiadas, os impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego e as competências para fiscalização, avaliação e prevenção de conflitos de interesses regulam-se pelo disposto na Lei Federal nº 12.813/13. Legalmente, configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo Federal, no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União, o corretamente informado apenas em:

- (A)** aceitar cargo de administrador ou conselheiro ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado; celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; dentre outros.
- (B)** praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão; prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado; dentre outros.
- (C)** divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas; receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; dentre outros.
- (D)** intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego; exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe; dentre outros.
- (E)** prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego; atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; dentre outros.

Didática

21. Para Libâneo, a Didática é uma das disciplinas da Pedagogia que estuda o processo de ensino através dos seus componentes – os conteúdos escolares, o ensino e a aprendizagem. Nessa perspectiva, a função social da didática está relacionada à(ao):

- (A) normatização do trabalho docente por meio da padronização metodológica, visando à homogeneização das práticas escolares e à manutenção da ordem social vigente.
- (B) adaptação do processo educativo às disposições naturais do aluno, reduzindo a mediação pedagógica e privilegiando a aprendizagem espontânea como eixo do ensino.
- (C) instrumentalização do ensino como mecanismo de ascensão social, subordinando o acesso ao conhecimento às finalidades de ajuste e controle social.
- (D) papel da educação na sociedade, ela consiste em mediar o acesso dos estudantes ao conhecimento historicamente produzido, possibilitando sua participação crítica na vida social.
- (E) conformação do ensino às exigências imediatas do sistema produtivo social, com ênfase na eficiência técnica dos métodos e na neutralidade ideológica da prática pedagógica.

22. Considerando as relações estabelecidas entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano no âmbito da Psicologia Histórico-Cultural, pode-se afirmar que o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, formulado por Vygotsky, mostra-se coerente na medida em que:

- (A) define um espaço de ação mediado socialmente, em que o ensino estruturado atua sobre o processo de aprendizagem para antecipar aspectos do desenvolvimento, de modo que aquilo que hoje é alcançado com ajuda se tornará capacidade autônoma posteriormente.
- (B) postula que o desenvolvimento humano decorre exclusivamente da maturação inata das funções cognitivas, de forma que a aprendizagem mediada não altera qualitativamente o processo de desenvolvimento.
- (C) reduz a relação entre aprendizagem e desenvolvimento a um mecanismo biológico interno que independe das interações sociais e da intencionalidade pedagógica do professor, situando o ensino como variável secundária.
- (D) corresponde à distância entre o nível de desenvolvimento real e o potencial, orientando a prática educativa para conduzir os estudantes a aprenderem apenas por experiências espontâneas, sem mediação adulta ou entre pares mais experientes.
- (E) descreve o papel do ensino como mera transmissão de conteúdos já dominados pelo aluno para consolidar o conhecimento que este já possui, sem influenciar diretamente o desenvolvimento de funções cognitivas superiores.

23. As principais Tendências Pedagógicas brasileiras se dividem em duas grandes linhas de pensamento pedagógico: Liberais e Progressistas. Considerando as características de cada uma, assinale a alternativa correta.

- (A) A tendência pedagógica liberal tradicional valoriza a transmissão sistemática dos conteúdos historicamente acumulados, atribuindo ao professor o papel central de organizador do ensino e ao aluno a função de assimilar conhecimentos.
- (B) A tendência pedagógica liberal renovada não-diretiva prioriza a eficiência do processo de ensino por meio da organização racional dos conteúdos e da definição prévia de objetivos instrucionais, cabendo ao professor conduzir sistematicamente a aprendizagem do aluno.
- (C) A tendência pedagógica libertária defende a valorização da experiência do aluno e de seus interesses individuais, estruturando o ensino a partir de métodos ativos previamente planejados pelo professor.
- (D) A tendência pedagógica tecnicista compreende a educação como instrumento de desenvolvimento de competências técnicas, favorecendo a reflexão crítica do educando sobre as relações sociais e políticas que permeiam o trabalho.
- (E) A tendência pedagógica progressista crítico-social dos conteúdos prioriza a livre expressão do educando e a aprendizagem espontânea, minimizando a intervenção docente e a sistematização dos conteúdos escolares.

24. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais para os estudantes da educação básica. Nesse sentido, considerando as competências gerais da educação básica, é necessário:

- (A) incentivar práticas de convivência social pautadas no respeito mútuo e na observância de normas coletivas, favorecendo relações harmoniosas entre os indivíduos, com atenção às diferenças existentes e à manutenção de um ambiente homogêneo.
- (B) reconhecer e mobilizar conhecimentos consolidados no âmbito escolar para interpretar situações do cotidiano e ampliar repertórios informativos, favorecendo a continuidade dos estudos e a adaptação do indivíduo em contextos objetivos.
- (C) agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
- (D) estimular a busca por informações e a resolução de situações-problema por meio de procedimentos orientados, recorrendo à observação e à análise objetiva, com vistas à aplicação prática de conteúdos diferentes das áreas da matemática.
- (E) conhecer e apreciar produções artísticas e culturais, ampliando o repertório estético escolar e o contato com expressões culturais específicas, sem necessariamente se engajar em processos de reflexão ou criação artística.

25. No âmbito das práticas pedagógicas contemporâneas, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são compreendidas como abordagens que:

- (A) organizam o ensino a partir da justaposição de conteúdos de distintas disciplinas, preservando a autonomia dos campos do saber e assegurando o tratamento sequencial dos objetos de conhecimento previstos no currículo.
- (B) priorizam a abordagem simultânea de conteúdos disciplinares diversos, mantendo a centralidade dos conceitos específicos de cada área como forma de garantir a sistematização do conhecimento escolar.
- (C) fundamentam-se na substituição das disciplinas escolares por eixos temáticos gerais, com vistas à homogeneização dos conteúdos e à padronização das práticas pedagógicas.
- (D) estruturam-se na aplicação integrada de metodologias comuns às diferentes áreas do conhecimento, com ênfase na otimização do tempo pedagógico e no cumprimento dos objetivos curriculares estabelecidos.
- (E) promovem a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, favorecendo a integração de saberes em torno de problemas, temas ou projetos comuns, ao mesmo tempo em que reconhecem a possibilidade de ultrapassar os limites disciplinares na construção de sentidos mais amplos sobre a realidade.

26. No âmbito das práticas pedagógicas e da organização curricular, a literatura educacional contemporânea classifica os conteúdos escolares em conceituais, procedimentais e atitudinais, entendidos como dimensões complementares do processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, esses três conteúdos referem-se, respectivamente, a saberes relacionados com a:

- (A) descrição de fatos observáveis e específicos, a execução focada em técnicas sem referência a objetivos mais amplos e a adoção de comportamentos que atendam às expectativas institucionais de desempenho.
- (B) construção de capacidades intelectuais para organizar e compreender realidades, a instrumentalização de ações para atingir metas propostas e a formação de atitudes e valores que orientam a intervenção do aluno em sua realidade.
- (C) memorização de informações, o desenvolvimento de tarefas práticas valorizando a avaliação de atitudes por meio de métricas padronizadas de cumprimento de regras.
- (D) organização de conteúdos em sequência lógica para facilitar a transmissão de informações, a seleção de procedimentos comuns a todas as disciplinas e a promoção de posturas comportamentais homogêneas no conjunto dos estudantes.
- (E) apresentação de conteúdos conceituais como elementos independentes da prática, a realização de atividades procedimentais valorizando o conhecimento teórico e a incorporação de atitudes como complemento opcional ao currículo.

27. Muitos são os instrumentos existentes para apoiar o planejamento didático-pedagógico, a estruturação, a organização, a definição de objetivos instrucionais e a escolha de instrumentos de avaliação. A Taxonomia de Bloom é um desses instrumentos cuja finalidade é auxiliar a identificação e a declaração dos objetivos ligados ao desenvolvimento cognitivo. Nessa perspectiva, a alternativa que expressa corretamente o entendimento contemporâneo dessa taxonomia no planejamento e na avaliação dos objetivos instrucionais é aquela que:

- (A) compreende a taxonomia como um instrumento bidimensional, articulando a dimensão do conhecimento e a dos processos cognitivos, de modo a orientar a definição de objetivos, o planejamento das atividades de ensino e a avaliação das aprendizagens.
- (B) entende a taxonomia como uma hierarquia linear de níveis cognitivos, cuja progressão sequencial deve ser obrigatoriamente respeitada na formulação dos objetivos e nos processos avaliativos.
- (C) utiliza a taxonomia prioritariamente para classificar conteúdos curriculares segundo sua complexidade conceitual, tomando o domínio do conhecimento como eixo central da definição dos objetivos instrucionais.
- (D) concebe a taxonomia como um referencial voltado predominantemente à mensuração dos resultados finais da aprendizagem, sendo aplicada de forma privilegiada em avaliações somativas e classificatórias.
- (E) considera a taxonomia um modelo universal de inclusão e de organização dos objetivos educacionais, aplicável de maneira homogênea aos diferentes contextos, cursos e perfis de estudantes.

28. A utilização de metodologias híbridas na educação representa uma resposta à necessidade de plasticidade no processo de ensino e aprendizagem. Nos últimos anos, as tecnologias digitais permitiram desenvolver novas formas de aprender e ensinar, com práticas de experimentação e vivência no ambiente escolar. Nessa perspectiva, a sala de aula invertida se constitui como uma estratégia caracterizada, fundamentalmente, pelo fato de que:

- (A) o aluno é o protagonista da sua aprendizagem e o professor assume o papel de observador. Assim, o conteúdo é mais lúdico e sem a obrigatoriedade de fazer atividades e leituras exaustivas.
- (B) o professor tem a responsabilidade de transmitir o conteúdo e as atividades avaliativas são realizadas em casa. Isso possibilita que o aluno exerça sua autonomia e responsabilidade.
- (C) os conteúdos são estudados a partir de vídeos disponíveis na internet. Dessa maneira, o aluno tem autonomia para escolher os vídeos que deseja assistir para realizar as atividades que serão enviadas para o professor.
- (D) o conteúdo passa a ser estudado em casa e as atividades realizadas em sala de aula. Com isso, o estudante deixa para trás aquela postura passiva de ouvinte e assume o papel de protagonista do seu aprendizado.
- (E) a aprendizagem é mais significativa porque o aluno é o protagonista do processo, dispensando a sistematização dos conteúdos escolares e a mediação pedagógica do professor.

29. Vem se ampliando na literatura acadêmica brasileira a presença de experiências e discussões da aplicação dos fundamentos das metodologias ativas como estratégia de ensino e de organização de estruturas curriculares em diferentes níveis e modalidades educacionais. Na perspectiva da educação básica, um currículo na Aprendizagem Baseada em Problemas é aquele que:

- (A) organiza o processo de ensino a partir da exposição sistemática dos conteúdos previamente selecionados, cabendo aos alunos aplicar, posteriormente, esses conhecimentos em situações práticas previamente definidas pelo professor.
- (B) estrutura o currículo com base na sequência lógica e progressiva dos conteúdos disciplinares, utilizando problemas matemáticos como recursos ilustrativos para reforçar conceitos já trabalhados em sala de aula.
- (C) apresenta o problema como ponto de partida do processo de ensino e aprendizagem, utilizando-o como eixo estruturante do currículo e do processo metodológico, de modo que a definição dos conteúdos e das estratégias pedagógicas decorra da investigação e da resolução de situações-problema, por meio das quais o conhecimento é construído pelos alunos.
- (D) prioriza a transmissão dos conhecimentos essenciais previstos no currículo escolar, adotando metodologias que assegurem a assimilação conceitual antes da proposição de atividades práticas ou situações contextualizadas.
- (E) define previamente os conteúdos e os objetivos de aprendizagem, incorporando situações-problema como estratégias complementares de fixação e de avaliação sistemática do conhecimento adquirido pelos alunos.

30. Para que o aluno aprenda e participe da vida escolar de forma adequada, são necessárias disciplina e atenção. No entanto, no contexto educacional contemporâneo, a indisciplina tem se configurado como um desafio recorrente para professores e equipes gestoras. Nesse cenário, uma gestão democrática atuante é aquela que:

- (A) fundamenta sua atuação na definição de diretrizes institucionais e fluxos administrativos que asseguram a estabilidade organizacional, priorizando a eficiência do funcionamento escolar a partir do combate à indisciplina e às conversas paralelas dentro de sala de aula.
- (B) intervém nas situações de indisciplina, dentro e nas mediações da escola, por meio de orientações normativas e corretivas previamente estabelecidas, atribuindo à equipe gestora a centralidade das decisões relacionadas ao comportamento discente.
- (C) auxilia na educação atitudinal dos alunos e organiza procedimentos administrativos e pedagógicos voltados à padronização das condutas dos estudantes, de modo a prevenir conflitos e garantir a previsibilidade das ações no ambiente escolar.
- (D) estrutura mecanismos institucionais de controle disciplinar, assegurando a aplicação uniforme das normas de convivência como estratégia prioritária para a manutenção da ordem e do funcionamento regular da escola, de modo que todos possam aprender igualmente os conteúdos.
- (E) medeia conflitos de forma imparcial, favorece o diálogo, a escuta de diferentes ideias, a possibilidade de sugestões, o reconhecimento e a correção das faltas, bem como a construção de relações baseadas na verdade, na convivência pacífica e na igualdade entre os sujeitos, promovendo comportamentos favoráveis à aprendizagem e à convivência no ambiente escolar.

31. No contexto da convivência escolar e do enfrentamento de situações de conflito no cotidiano das instituições de ensino, diferentes abordagens têm sido propostas. Considerando práticas pedagógicas contemporâneas voltadas ao diálogo e à mediação de conflitos no ambiente escolar, mostra-se necessário:

- (A) estabelecer normas rígidas de conduta e de sanções objetivas como principal estratégia para prevenir e solucionar conflitos na escola, enfatizando a observância estrita das regras como condição para a manutenção da disciplina.
- (B) priorizar a atuação unilateral da equipe gestora na tomada de decisões relacionadas à disciplina e ao enfrentamento das desavenças escolares, com foco na aplicabilidade imediata de medidas corretivas.
- (C) promover a mediação de conflitos por meio de conversas estruturadas que reforcem o respeito mútuo, a escuta ativa e a participação de todos os envolvidos, de modo a tornar o espaço escolar propício ao fortalecimento de vínculos e à convivência harmônica.
- (D) utilizar o diálogo como instrumento de reforço das normas e das advertências previamente definidas, sem a necessidade de envolver os diferentes sujeitos escolares na construção coletiva de soluções.
- (E) considerar como eixo central da gestão dos conflitos a identificação de comportamentos inadequados e a aplicação de medidas punitivas, com vistas à rápida restauração da ordem no ambiente escolar.

32. A avaliação da aprendizagem, de forma geral, é um dos temas mais desafiadores da organização do trabalho pedagógico. Em sala de aula, considerando os critérios e os instrumentos de avaliação, a concepção de avaliação da aprendizagem correta é aquela que:

- (A) utiliza majoritariamente instrumentos padronizados e avaliações somativas ao término de cada etapa, concentrando-se na verificação dos resultados obtidos pelos alunos.
- (B) estabelece critérios avaliativos de caráter amplo, priorizando a aferição dos resultados alcançados pelos estudantes ao final do processo, com menor ênfase na articulação desses critérios com os conteúdos e as estratégias didáticas desenvolvidas.
- (C) privilegia procedimentos avaliativos baseados em registros quantitativos e sínteses finais de desempenho, utilizando referências comparativas entre estudantes como parâmetro para a análise dos resultados obtidos.
- (D) compreende a avaliação como um processo contínuo e cumulativo, integrado ao ensino, estabelecendo critérios claros e utilizando instrumentos diversificados e coerentes com os objetivos e conteúdos trabalhados, a fim de orientar decisões pedagógicas ao longo do percurso formativo.
- (E) orienta-se por critérios definidos pela equipe escolar, sem necessidade de torná-los explícitos aos estudantes, uma vez que tais critérios se destinam à organização técnica da prática docente e ao desempenho dos estudantes.

33. Na contemporaneidade, o conceito de acessibilidade transcende as questões físico-espaciais. Nessa perspectiva, a acessibilidade cuja concepção transcende as barreiras arquitetônicas precisa contemplar também as dimensões:

- (A) metodológicas, ao adaptar estratégias de ensino e de avaliação às necessidades específicas dos estudantes, assegurando a flexibilização curricular sem alterar as relações interpessoais no ambiente escolar.
- (B) atitudinais, porque envolve componentes cognitivos, afetivos e comportamentais, que trazem implicações significativas para a prática pedagógica e, conseqüentemente, para a inclusão na escola.
- (C) programáticas, mediante o cumprimento das normas legais e institucionais de inclusão, garantindo que políticas educacionais sejam formalmente incorporadas ao cotidiano escolar.
- (D) arquitetônicas, ampliadas ao integrar melhorias estruturais, organização dos espaços e adequação do mobiliário escolar como condição suficiente para a promoção da inclusão educacional.
- (E) comunicacionais e instrumentais, priorizando a disponibilização de recursos técnicos e tecnológicos que assegurem o acesso físico e informacional aos espaços e aos conteúdos escolares.

34. A ampliação do direito à educação evidenciou que a exclusão escolar não se restringe à ausência de acesso, mas envolve a negação de condições efetivas de participação, de aprendizagem e de permanência. À luz do que dispõe a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), no âmbito das políticas públicas educacionais, o dever do poder público na garantia de uma educação inclusiva consiste em:

- (A) assegurar a matrícula de estudantes com deficiência no ensino regular, priorizando a adoção de providências administrativas básicas voltadas à permanência no sistema educacional.
- (B) implementar políticas educacionais específicas organizadas de forma paralela ao ensino regular, destinadas exclusivamente ao atendimento das necessidades dos estudantes com deficiência.
- (C) priorizar a ampliação do atendimento educacional especializado como eixo central da política de inclusão, concentrando nesse serviço a responsabilidade pelo acompanhamento educacional dos estudantes público-alvo da educação especial.
- (D) regulamentar diretrizes gerais de inclusão escolar, delegando às unidades educacionais a definição autônoma das ações necessárias para o atendimento dos estudantes com deficiência.
- (E) garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, com a oferta de recursos de acessibilidade, apoios necessários e adaptações razoáveis, assegurando a participação plena e o aprendizado ao longo da vida.

35. Com base nos pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a avaliação das aprendizagens no contexto da Educação Básica deve ser compreendida como um processo que:

- (A) orienta o rendimento escolar pela aferição e por meio de instrumentos avaliativos periódicos, garantindo critérios comuns de análise e de acompanhamento do desempenho entre estudantes e turmas.
- (B) estrutura o acompanhamento sistemático dos conteúdos desenvolvidos, com vistas à consolidação do currículo e ao monitoramento do progresso acadêmico ao longo do período letivo.
- (C) apoia a aprendizagem em procedimentos avaliativos de caráter predominantemente somativo, voltados à verificação das aprendizagens previstas para cada etapa da escolarização.
- (D) constrói e aplica procedimentos de avaliação formativa, de processo ou de resultado, que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros para o aprimoramento das práticas pedagógicas e do desempenho da escola, dos professores e dos alunos.
- (E) utiliza registros de desempenho objetivo como subsídios para o acompanhamento dos resultados educacionais e para o alinhamento do planejamento pedagógico às metas institucionais da escola.

36. A BNCC está estruturada de modo a explicitar as competências que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade, como expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes. Nesse viés, a BNCC, quanto à sua estrutura e aos seus fundamentos, caracteriza-se por:

- (A) explicitar direitos de aprendizagem comuns a toda a Educação Básica, deixando a sistematização das competências gerais e específicas sob responsabilidade dos sistemas de ensino.
- (B) estruturar o currículo com base em eixos temáticos amplos, priorizando a integração de saberes e a flexibilidade curricular, sem a definição prévia das competências a serem desenvolvidas em cada etapa.
- (C) organizar um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, articulando competências gerais, competências específicas de área, habilidades e direitos de aprendizagem a serem desenvolvidos ao longo das diferentes etapas da Educação Básica.
- (D) definir aprendizagens essenciais a partir de conteúdos e objetivos gerais, cabendo às redes e às escolas estabelecer, de forma autônoma, a articulação desses elementos com competências e direitos de aprendizagem.
- (E) orientar a organização curricular a partir de referenciais de desempenho acadêmico, com maior ênfase nas competências finais do Ensino Médio e caráter indicativo para as etapas iniciais.

37. À luz da teoria do desenvolvimento humano de Henri Wallon, a afetividade ocupa lugar central no processo de aprendizagem. Considerando essa perspectiva, assinale a alternativa correta.

- (A) A afetividade participa ativamente da aprendizagem, influenciando os processos cognitivos e sendo, por sua vez, reorganizada pelas atividades intelectuais, em um movimento de integração característico do desenvolvimento humano.
- (B) A afetividade constitui um domínio funcional independente, cuja atuação não exerce influência significativa sobre os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem.
- (C) A aprendizagem ocorre de modo mais eficaz quando a escola prioriza exclusivamente os conteúdos cognitivos, deixando a dimensão afetiva sob responsabilidade do contexto familiar.
- (D) As manifestações afetivas devem ser controladas no contexto escolar, pois tendem a comprometer o desempenho cognitivo e a objetividade do processo de ensino-aprendizagem.
- (E) A afetividade interfere na aprendizagem apenas nos estágios iniciais do desenvolvimento, sendo progressivamente substituída pela cognição ao longo da escolarização.

38. A relação professor-aluno constitui um elemento central do processo educativo, especialmente no que se refere à motivação e ao engajamento dos estudantes nas atividades escolares. Nesse sentido, uma prática docente que favorece a motivação e o engajamento discente caracteriza-se por:

- (A) estruturar a organização das tarefas de forma padronizada, com foco principal nos resultados avaliativos de curto prazo, incentivando a competição entre os estudantes como estratégia para elevar o engajamento e o desempenho acadêmico.
- (B) promover interações que priorizem a escuta ativa, o respeito mútuo e o reconhecimento das necessidades e interesses dos estudantes, favorecendo a construção de um ambiente de confiança e de participação que estimula a motivação e o engajamento no processo de aprendizagem.
- (C) adotar predominantemente abordagens expositivas e transmissivas de conteúdos, considerando que manter um ritmo uniforme de instrução e cobertura curricular maximiza a cobertura de conteúdos e a eficiência didática independentemente da interação interpessoal.
- (D) orientar-se por regras rígidas de disciplina e cumprimento de tarefas, considerando que o comportamento ordenado e a minimização de conflitos garantem o engajamento e a motivação dos estudantes nos momentos de avaliação formal.
- (E) concentrar a mediação pedagógica na transmissão de conteúdos programáticos, partindo da premissa de que a clareza da exposição e a repetição de conceitos são suficientes para manter o interesse, a motivação, o engajamento e a adesão dos estudantes às atividades escolares.

39. As tecnologias digitais, cuja arquitetura corresponde ao que se convencionou chamar de Inteligência Artificial (IA), consolidaram-se como um tema prevalente nos mais diversos setores da sociedade. No campo educacional, observa-se um movimento marcado pela integração da IA aos processos de escolarização formal. Nesse contexto, uma abordagem educacional coerente com a incorporação crítica dessas tecnologias caracteriza-se por:

- (A) adotar soluções de IA com base prioritária em evidências empíricas de eficácia, pressupondo que tais evidências sejam suficientes para orientar sua incorporação aos sistemas educacionais, independentemente de análises éticas, pedagógicas ou contextuais mais amplas.
- (B) empregar tecnologias de IA sobretudo para ampliar a personalização do ensino e a eficiência das práticas pedagógicas, ainda que parte das evidências disponíveis decorra de contextos experimentais ou controlados.
- (C) incorporar a IA aos processos educacionais como resposta inovadora a problemas históricos da educação básica, reconhecendo seu potencial de mitigação de desafios estruturais por meio de soluções tecnológicas avançadas.
- (D) integrar a IA às práticas escolares com foco na automação de atividades docentes e na gestão educacional baseada em dados, enfatizando ganhos operacionais como estratégia central de qualificação do ensino.
- (E) utilizar ferramentas de IA de modo eticamente orientado e pedagogicamente intencional, articulando-as a propósitos educacionais mais amplos, considerando as condições concretas de implementação e reconhecendo que tais tecnologias não são respostas suficientes, por si sós, aos problemas estruturais dos sistemas educacionais.

40. A gamificação tem sido mobilizada no campo educacional como estratégia para promover, além de outras coisas, engajamento e motivação em atividades de aprendizagem. À luz das definições contemporâneas sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A gamificação distingue-se do uso de jogos educacionais por priorizar mecanismos motivacionais extrínsecos, como recompensas e pontuações, em detrimento de processos cognitivos e reflexivos.
- (B) A gamificação caracteriza-se pela incorporação intencional e planejada de elementos e dinâmicas dos jogos em contextos educacionais que não se configuram como jogos, com a finalidade de favorecer o engajamento, a motivação e a aprendizagem.
- (C) A aplicação de estratégias de gamificação depende, necessariamente, da criação de ambientes simulados nos quais o participante substitui a atividade real por uma experiência ficcional de aprendizagem.
- (D) A gamificação consiste na utilização pontual de recursos estéticos dos jogos, como rankings e sistemas de feedback, sendo secundária a articulação desses elementos com objetivos educacionais explícitos.
- (E) A gamificação pressupõe a transposição integral de jogos digitais para o contexto educacional, mantendo suas regras, narrativas e sistemas de recompensas como eixo central da atividade pedagógica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. No que se refere ao desenvolvimento infantil, entende-se que a motricidade, a linguagem e a cognição são processos interdependentes que se estruturam a partir da interação entre a maturação biológica e as experiências ambientais. Sobre a evolução dessas competências nos primeiros anos de vida, é correto afirmar que:

- (A) a aquisição da linguagem verbal precede a capacidade de representação simbólica, sendo esta última dependente da consolidação da fala estruturada.
- (B) o desenvolvimento da motricidade fina ocorre de forma simultânea à motricidade ampla, sem que haja uma progressão do controle proximal para o distal.
- (C) a cognição na primeira infância é marcada pela capacidade de abstração plena, o que permite à criança dissociar precocemente o objeto de sua função prática.
- (D) o domínio do vocabulário receptivo costuma ser superior ao vocabulário expressivo, indicando que a compreensão da linguagem antecede a capacidade de produção.
- (E) a maturação do sistema nervoso central garante o desenvolvimento motor isolado, independentemente dos estímulos cognitivos ou da interação social da criança.

42. No contexto do desenvolvimento infantil, a brincadeira é reconhecida não apenas como uma atividade lúdica, mas como um processo fundamental para a estruturação do psiquismo e a apropriação da cultura. Sobre a função do brincar no desenvolvimento cognitivo e social da criança, tal como a conceituam autores como Vygotsky, assinale a alternativa correta.

- (A) A atividade lúdica na infância atua como um mecanismo de distração que posterga o desenvolvimento de funções executivas complexas.
- (B) O brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal ao permitir que a criança se comporte além do comportamento habitual de sua idade.
- (C) A brincadeira de faz-de-conta favorece a reprodução mecânica de hábitos motores, sem impacto na capacidade de abstração simbólica.
- (D) O desenvolvimento social por meio dos jogos ocorre de forma isolada, visto que o egocentrismo infantil dificulta a negociação de regras coletivas.
- (E) A utilização de jogos educativos com regras rígidas deve substituir o brincar livre para garantir a prontidão acadêmica na primeira infância.

43. A organização da prática pedagógica na Educação Infantil exige uma didática que reconheça as especificidades dessa etapa, na qual as interações e a brincadeira constituem os eixos estruturantes do currículo nacional. Sobre o planejamento das metodologias voltadas para as crianças pequenas, é correto afirmar que:

- (A) a organização do espaço e do tempo deve ser fragmentada para assegurar a produtividade das atividades propostas.
- (B) a prática educativa precisa priorizar o ensino de conteúdos isolados para garantir a prontidão cognitiva nas etapas posteriores.
- (C) a observação e o registro das experiências infantis são instrumentos fundamentais para a continuidade do processo pedagógico.
- (D) a metodologia de projetos deve ser centralizada na figura do docente para evitar a dispersão do foco durante as atividades lúdicas.
- (E) a avaliação do desenvolvimento da criança deve ocorrer mediante testes destinados à classificação e promoção escolar.

44. As tendências pedagógicas brasileiras foram classificadas por diversos autores em dois grandes grupos: as liberais e as progressistas. No que se refere à tendência progressista crítico-social dos conteúdos, também denominada histórico-crítica, é correto afirmar que:

- (A) o papel da escola consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumirem sua posição na sociedade de classes.
- (B) a metodologia de ensino privilegia o aprender a aprender, focando na adequação das necessidades individuais ao meio social.
- (C) o processo educativo foca na modelagem do comportamento humano através de técnicas de reforço e controle de contingências.
- (D) a função da educação reside na difusão de conteúdos universais que são reavaliados frente às realidades sociais dos estudantes.
- (E) a prática pedagógica centraliza-se na autogestão dos alunos, sendo o professor um facilitador das experiências lúdicas.

45. A Educação em Direitos Humanos (EDH) é um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, visando à construção de uma cultura democrática e solidária. No contexto das instituições de ensino, a implementação da EDH deve fundamentar-se em uma prática que:

- (A) restrinja o debate sobre garantias fundamentais aos componentes curriculares das áreas de ciências humanas e sociais.
- (B) promova a vivência cotidiana de valores democráticos em todas as dimensões do ambiente e da gestão escolar.
- (C) privilegie a transmissão teórica de normas internacionais em detrimento das realidades locais dos alunos.
- (D) estabeleça critérios de conduta baseados na uniformização de comportamentos para evitar conflitos de natureza política.
- (E) condicione o exercício da cidadania plena ao cumprimento prévio de requisitos de desempenho acadêmico formal.

46. No âmbito das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009), a organização do trabalho pedagógico deve assegurar direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, articulando cuidado e educação. Considerando os fundamentos éticos, políticos e estéticos que orientam essas Diretrizes, assinale a alternativa correta.

- (A) As práticas pedagógicas devem priorizar a antecipação de conteúdos do Ensino Fundamental, garantindo a alfabetização formal como eixo estruturante da Educação Infantil.
- (B) A avaliação na Educação Infantil deve ter caráter classificatório, com registros padronizados que permitam a comparação objetiva do desempenho entre as crianças.
- (C) A organização curricular da Educação Infantil deve ser disciplinar, de modo a assegurar a progressão linear dos conhecimentos científicos desde a creche até a pré-escola.
- (D) As interações e a brincadeira constituem eixos estruturantes da prática pedagógica, pois possibilitam a construção da autonomia, da identidade e da participação das crianças nas práticas sociais e culturais.
- (E) O princípio estético das DCNEI refere-se ao desenvolvimento de habilidades artísticas específicas, como desenho e música, desvinculadas das demais experiências infantis.

47. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal, estabelece o princípio da proteção integral. No que diz respeito ao direito à educação e ao atendimento de crianças na faixa etária da educação infantil, o referido diploma legal determina que:

- (A) o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade configura-se como um dever do Estado.
- (B) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito deve ser garantido pelo Estado apenas para as crianças a partir dos seis anos de idade.
- (C) a progressão escolar nas instituições de educação infantil deve ser condicionada ao aproveitamento mínimo em avaliações cognitivas.
- (D) a responsabilidade pela matrícula e pela frequência escolar das crianças cabe principalmente aos órgãos de assistência social local.
- (E) a organização dos currículos da educação infantil deve priorizar a formação técnica e a preparação precoce para o mercado de trabalho.

48. A Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. De acordo com os dispositivos legais e as diretrizes curriculares nacionais correlatas, essa temática deve:

- (A) constituir uma disciplina específica e isolada dentro da matriz curricular para assegurar o aprofundamento teórico necessário.
- (B) focar-se nas datas comemorativas do calendário escolar para evitar a interrupção do cronograma regular das demais disciplinas.
- (C) focar prioritariamente nos aspectos biológicos das etnias para fundamentar o conceito de democracia racial no ambiente acadêmico.
- (D) apresentar a história do continente africano a partir da perspectiva eurocêntrica para garantir a neutralidade científica dos conteúdos.
- (E) ser ministrada no âmbito de todo o currículo escolar, com especial ênfase nas áreas de educação artística, literatura e história.

49. A função social da escola pública contemporânea tem sido objeto de intensos debates, superando a visão meramente instrutiva para alcançar uma dimensão ética, política e social. Autores como José Carlos Libâneo e Demerval Saviani são alguns dos envolvidos neste debate. De acordo com sua perspectiva, predominante na pedagogia atual, espera-se que a instituição escolar atue de modo a:

- (A) promover a reprodução dos valores vigentes para assegurar a estabilidade das estruturas sociais e econômicas.
- (B) garantir o acesso ao conhecimento sistematizado como ferramenta para a emancipação e a transformação social.
- (C) priorizar a formação técnica imediata visando atender às demandas sazonais do mercado de trabalho.
- (D) estabelecer uma gestão centralizada para assegurar a eficiência administrativa em detrimento da participação coletiva.
- (E) focar o processo de ensino na memorização de conteúdos enciclopédicos como forma de nivelamento cultural básico.

50. A inclusão educacional, fundamentada nos princípios da Educação para Todos, pressupõe que o sistema de ensino se adapte para acolher a diversidade humana, superando modelos baseados na integração apenas física do estudante. No que concerne à implementação de uma prática inclusiva e ao respeito à diversidade nas instituições de ensino, é correto afirmar que:

- (A) a inclusão efetiva ocorre quando o currículo escolar é simplificado para os alunos com deficiência a fim de garantir a aprovação automática.
- (B) o atendimento educacional especializado deve substituir o ensino em sala de aula comum para os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem.
- (C) a escola deve eliminar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais para assegurar o acesso e a participação plena de todos os discentes.
- (D) a diversidade cultural deve ser abordada como um tema secundário, sendo trabalhada preferencialmente em eventos isolados do calendário letivo.
- (E) a padronização das avaliações e dos métodos de ensino constitui a estratégia principal para promover a igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

51. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), publicado em 2007, estabelece diretrizes para a incorporação da Educação em Direitos Humanos (EDH) em diversos âmbitos sociais e institucionais. De acordo com o PNEDH, a concepção de Educação em Direitos Humanos na Educação Básica fundamenta-se na:

- (A) oferta de conteúdos jurídicos específicos voltados à formação de especialistas em legislação internacional de direitos civis.
- (B) centralização das decisões administrativas na figura do gestor para assegurar a neutralidade política no ambiente pedagógico.
- (C) implementação de programas de reforço escolar destinados prioritariamente aos estudantes com defasagem de idade e série.
- (D) criação de uma disciplina obrigatória na matriz curricular para evitar a dispersão do tema em outras áreas do saber.
- (E) adoção de práticas de gestão escolar democrática que permitam a vivência cotidiana de valores de respeito e solidariedade.

52. A Lei nº 9.394/1996 (LDB) estabelece as diretrizes e bases que organizam o sistema educacional brasileiro, definindo responsabilidades, níveis e modalidades de ensino. De acordo com as disposições vigentes dessa Lei sobre a organização da educação básica, é correto afirmar que cabe aos estabelecimentos de ensino:

- (A) elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino.
- (B) definir as matrizes curriculares de forma autônoma, sem obrigatoriedade de adesão a uma base nacional comum.
- (C) assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula mediante a frequência integral ao menos do corpo docente.
- (D) promover a classificação de alunos em qualquer série ou etapa, independentemente de escolarização anterior.
- (E) organizar os calendários escolares de maneira uniforme, vedada a adequação às condições climáticas locais.

53. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é compreendido como um documento que sistematiza a identidade, as metas e as práticas de uma instituição escolar. No que concerne ao compromisso do PPP com a qualidade social do ensino, é correto afirmar que:

- (A) a construção da proposta pedagógica deve ser centralizada na equipe de gestão escolar com o objetivo de assegurar a coerência técnica e a celeridade dos processos administrativos.
- (B) a qualidade social da educação se efetiva por meio de um PPP que privilegia o alcance de índices estatísticos de aprovação como principal indicador de sucesso institucional.
- (C) a função do projeto pedagógico reside na adequação do currículo escolar às competências exigidas pelo mercado de trabalho em detrimento de questões sociais locais.
- (D) o PPP deve ser concebido como um processo permanente de reflexão e ação coletiva que busca a superação da fragmentação do trabalho e a democratização do saber.
- (E) a elaboração do PPP constitui uma exigência formal de caráter burocrático que visa atender às determinações dos órgãos de supervisão e inspeção do sistema.

54. No âmbito do Ensino Fundamental I, os fundamentos da educação orientam a prática docente para além da mera transmissão de informações, exigindo a compreensão da escola como espaço de mediação entre o saber espontâneo e o saber sistematizado. Considerando as bases teóricas que sustentam o processo de ensino-aprendizagem nesta etapa, é correto afirmar que:

- (A) a aprendizagem escolar atua de modo a organizar os conceitos cotidianos da criança, promovendo a transição do pensamento sincrético para formas mais complexas de abstração.
- (B) o desenvolvimento das funções psíquicas superiores ocorre de forma autônoma, dependendo essencialmente da maturação biológica das estruturas cerebrais do aluno.
- (C) a prática pedagógica deve focar no atendimento das necessidades imediatas da criança, evitando a introdução de conceitos científicos que se distanciem do seu cotidiano.
- (D) o papel do docente no ciclo de alfabetização e letramento configura-se como o de um observador passivo, permitindo que a criança descubra as regras do sistema de escrita com o mínimo de intervenções.
- (E) a organização do trabalho pedagógico deve priorizar a fragmentação dos conteúdos em unidades mínimas para facilitar a memorização por parte dos estudantes em fase inicial.

55. A Pedagogia da Infância, tal como apresentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 2010, constitui-se como um campo teórico que busca superar a perspectiva puramente preparatória e escolarizante da educação de crianças pequenas. Ao definir os eixos norteadores do trabalho pedagógico com bebês e crianças, essa perspectiva defende que:

- (A) a organização das atividades curriculares deve ser estruturada a partir de áreas do conhecimento isoladas para garantir a sistematização do saber acadêmico.
- (B) a centralidade do processo educativo reside na transmissão de conteúdos universais que preparem a criança para o ingresso imediato no ensino fundamental.
- (C) a criança deve ser compreendida como sujeito histórico e de direitos que produz cultura e aprende por meio das interações e da brincadeira.
- (D) o planejamento docente precisa priorizar a rotina de cuidados biológicos como uma etapa dissociada das intenções educativas e do desenvolvimento cognitivo.
- (E) a avaliação do progresso infantil deve pautar-se na aplicação de testes padronizados de prontidão para a leitura e escrita no final da primeira infância.

56. No processo de alfabetização inicial, a perspectiva infantil revela que a aprendizagem da escrita não se reduz à memorização de normas gráficas, mas envolve uma reconstrução conceitual do sistema de representação. Sob a ótica da psicogênese da língua escrita, é correto afirmar que a criança:

- (A) interpreta a escrita inicialmente como uma representação direta do objeto, sem estabelecer relação com a sonoridade das palavras.
- (B) atinge a hipótese silábica somente após o domínio completo da coordenação motora fina e da identificação visual de todas as vogais.
- (C) percebe a escrita como um código de transcrição fonética desde o primeiro contato com materiais impressos no ambiente escolar.
- (D) apresenta erros ortográficos decorrentes da falta de maturidade cognitiva necessária para a diferenciação entre desenho e letra.
- (E) desenvolve a compreensão do sistema alfabético através da repetição exaustiva de famílias silábicas descontextualizadas da função social.

57. No cenário educacional contemporâneo, o conceito de letramento (do inglês *literacy*) passou a integrar as diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental. Diferentemente da alfabetização, que se ocupa da aquisição do sistema convencional de escrita, o letramento define-se como o processo que:

- (A) prioriza o domínio das normas ortográficas e gramaticais como pré-requisito para a inserção do indivíduo em práticas sociais de leitura.
- (B) envolve o desenvolvimento de competências e habilidades que permitem ao sujeito o uso efetivo da escrita nas diversas esferas da vida social.
- (C) consiste na transposição de textos literários clássicos para o contexto escolar visando o enriquecimento do vocabulário infantil.
- (D) foca na superação do analfabetismo funcional por meio da repetição sistemática de fonemas e grafemas isolados do contexto cultural.
- (E) estabelece uma hierarquia de saberes em que a escrita acadêmica deve se sobrepor às práticas linguísticas vernáculas dos estudantes.

58. A organização didática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deve articular as experiências vividas na Educação Infantil com a sistematização progressiva dos conhecimentos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, publicadas em 2010 pelo MEC, o planejamento docente deve:

- (A) priorizar a transmissão verbal de conteúdo.
- (B) adotar o livro didático para padronizar o ritmo de aprendizagem.
- (C) focar o trabalho pedagógico na memorização de fórmulas e regras ortográficas.
- (D) manter o controle da sala de aula, sabendo que um ambiente silencioso é essencial para a eficácia do processo de ensino.
- (E) utilizar metodologias que integrem diferentes áreas do saber.

59. Segundo a historiografia literária proposta por Nelly Novaes Coelho em *Literatura Infantil Brasileira: História, Teoria, Crítica* (2000), a produção de livros para crianças no Brasil atravessou diversas fases, desde as adaptações pedagógicas do século XIX até a ruptura modernista. Sobre os precursores e consolidadores desse gênero no país, é correto afirmar que:

- (A) os textos de autores como Abílio César Borges (Barão de Macahubas) priorizavam a função estética da linguagem em detrimento das intenções moralizantes e doutrinárias da época.
- (B) a obra de Monteiro Lobato representou a continuidade do modelo europeu de contos de fadas, mantendo a estrutura clássica de submissão infantil às figuras de autoridade adulta.
- (C) a produção de Figueiredo Pimentel, com a obra *Contos da Carochinha*, marcou o início de uma literatura de entretenimento que valorizava o folclore nacional como base pedagógica.
- (D) as narrativas de Viriato Corrêa, na primeira metade do século XX, focaram na reconstrução histórica do Brasil com o intuito de fortalecer o sentimento cívico e o ideário nacionalista.
- (E) a literatura infantil brasileira contemporânea abandonou os preceitos de intertextualidade iniciados por Lobato para focar na descrição literal de fatos cotidianos da criança.

60. No panorama da literatura infantil brasileira, a obra de Monteiro Lobato é frequentemente apontada por críticos como Nelly Novaes Coelho como o marco divisório entre a “literatura escolar” e a “literatura de arte”. Sobre o papel inovador de Lobato e a influência de sua estética sobre os seguidores do gênero no Brasil, é correto afirmar que:

- (A) a linguagem lobatiana buscou aproximar-se da oralidade brasileira, rompendo com o rigor formal e o tom doutrinário que caracterizavam as obras infantis dos precursores do século XIX.
- (B) as personagens do Sítio do Picapau Amarelo foram concebidas como modelos de obediência cívica, visando reforçar o papel da escola como principal instância de formação moral da criança.
- (C) a inovação de Lobato limitou-se à tradução de fábulas europeias clássicas, adaptando os cenários originais para a realidade rural brasileira sem alterar a estrutura moral das narrativas.
- (D) a perspectiva crítica de Lobato sobre o progresso e a ciência foi gradualmente abandonada pelos seus seguidores, que retornaram ao modelo de contos de fadas tradicionais.
- (E) a autonomia de pensamento conferida a personagens como Emília serviu para demonstrar que o conhecimento infantil deve ser sempre subordinado à validação das figuras adultas.

61. A avaliação da aprendizagem, conforme as contribuições de Cipriano Luckesi (2011), entre outros, deve superar o caráter meramente classificatório para se tornar um instrumento de diagnóstico e crescimento. No contexto de uma prática pedagógica voltada para a qualidade social do ensino, a avaliação formativa caracteriza-se por:

- (A) priorizar a atribuição de notas e conceitos ao final de cada ciclo letivo para determinar a progressão ou retenção dos estudantes.
- (B) fornecer subsídios para que o docente reajuste seu planejamento e ofereça mediações pontuais durante o processo de ensino.
- (C) focar na verificação do acúmulo de informações memorizadas pelos alunos para garantir o cumprimento das metas do currículo.
- (D) estabelecer um ranking de desempenho entre as turmas com o objetivo de estimular a competitividade e a produtividade acadêmica.
- (E) realizar testes padronizados de múltipla escolha como o método exclusivo para mensurar a eficácia das metodologias aplicadas.

62. De acordo com a teoria de Jean Piaget sobre a gênese das estruturas lógicas, a formação do pensamento lógico da criança é marcada por uma mudança qualitativa na forma como ela processa a realidade. Sobre esse processo de formação do pensamento lógico, é correto afirmar que:

- (A) a criança em estágio pré-operatório já manifesta a reversibilidade do pensamento, sendo capaz de retornar mentalmente ao ponto de partida de uma transformação física.
- (B) a aquisição da lógica operatória ocorre de forma súbita e independente das experiências sensoriais vivenciadas pela criança nos primeiros anos de vida.
- (C) o pensamento lógico-formal, caracterizado pela capacidade de abstração hipotético-dedutiva, é atingido plenamente ao final do período operatório-concreto.
- (D) a organização do pensamento lógico infantil fundamenta-se na imitação passiva de modelos adultos, sem que haja uma reconstrução interna das regras lógicas.
- (E) a construção das operações lógicas depende da superação do egocentrismo cognitivo e da conquista da capacidade de conservação de quantidades e volumes.

63. A construção do sistema de escrita pela criança é um processo de investigação de natureza conceitual, no qual o sujeito elabora sucessivas hipóteses sobre as regras de funcionamento da língua escrita. No que se refere ao desenvolvimento da escrita e à transição entre os níveis evolutivos durante a psicogênese da língua escrita, é correto afirmar que:

- (A) a hipótese silábica com valor sonoro representa o estágio em que a criança utiliza obrigatoriamente letras que correspondem exatamente aos fonemas iniciais de cada sílaba.
- (B) o conflito cognitivo que conduz à hipótese alfabética surge quando a criança percebe que a correspondência de uma letra para cada sílaba é insuficiente para diferenciar palavras distintas.
- (C) a passagem do nível pré-silábico para o silábico ocorre quando a criança abandona a exigência de quantidade mínima de caracteres para que um registro possa ser lido.
- (D) o estágio alfabético caracteriza-se pelo domínio imediato das convenções ortográficas, eliminando as trocas entre letras que possuem o mesmo som.
- (E) a escrita silábico-alfabética constitui um retrocesso temporário no desenvolvimento, resultante da confusão entre os nomes das letras e seus respectivos valores fonéticos.

64. A alfabetização, nas perspectivas de Magda Soares e Paulo Freire, não se limita ao domínio mecânico do sistema alfabético, mas compreende uma dimensão política e social intrínseca ao desenvolvimento humano. Sob essa ótica, a função social da alfabetização na escola pública deve ser compreendida como:

- (A) o treinamento intensivo de habilidades motoras para a reprodução fiel de textos e documentos oficiais.
- (B) o acesso aos códigos linguísticos com o objetivo de adaptar o indivíduo às normas de comportamento vigentes.
- (C) a transmissão de conteúdos gramaticais eruditos para a padronização do vocabulário das classes populares.
- (D) a memorização de fonemas isolados para garantir o sucesso em exames de larga escala de nível nacional.
- (E) o processo de inserção do sujeito na cultura escrita para o exercício pleno de seus direitos e deveres na sociedade.

65. O uso de tecnologias digitais, como softwares educativos, jogos fonológicos e tablets, tem se tornado um recurso crescente nos processos de alfabetização. Quando utilizadas a favor da aprendizagem, essas ferramentas devem servir primordialmente para:

- (A) substituir a presença do professor em sala de aula, permitindo que a criança aprenda de forma isolada.
- (B) garantir que os alunos passem a maior parte do tempo letivo em frente às telas para evitar o uso de papel e lápis.
- (C) oferecer estímulos interativos que auxiliem a criança na reflexão sobre o sistema de escrita e os sons das letras.
- (D) focar na agilidade motora do manuseio de aparelhos eletrônicos em detrimento da leitura.
- (E) mecanizar a decodificação de sílabas por meio de repetições automáticas sem a necessidade de contexto.

PROVA DISCURSIVA (REDAÇÃO)

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. O texto deverá conter a extensão mínima de **20 (vinte)** linhas, e máxima de **30 (trinta)** linhas, sem contar o título.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- A prova discursiva consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo sobre tema formulado pela Banca Examinadora.

TEXTOS MOTIVADORES

Texto I

Comércio ilegal de canetas emagrecedoras cresce impulsionado pela desinformação, e aumenta riscos à saúde

Pesquisa identificou um aumento de 35% no consumo de substâncias emagrecedoras, sobretudo entre mulheres jovens, impulsionado pela ampla oferta em farmácias e plataformas online

Ao longo das últimas quatro décadas, a obesidade consolidou-se como uma epidemia de proporções globais. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que a prevalência da condição quase triplicou no período, atingindo todas as regiões do mundo. Em publicação recente, a entidade estima que a obesidade esteve associada a cerca de 3,7 milhões de mortes em 2024 e que o número de pessoas vivendo com a condição pode dobrar até 2030.

Diante do agravamento do problema, os tratamentos farmacológicos avançaram nos últimos anos com o desenvolvimento de novos medicamentos. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, em janeiro de 2023, o Wegovy®, medicamento à base de semaglutida, para o tratamento de sobrepeso e obesidade em adultos com comorbidades.

A mesma substância está presente em medicamentos como Ozempic® e Rybelsus®, inicialmente aprovados no país para o tratamento do diabetes tipo 2, embora tenham conquistado popularidade pelo efeito de perda de peso. Já o Mounjaro® (tirzepatida) foi a princípio registrado pela Anvisa, em 2023, para o tratamento do diabetes. Em junho de 2025, a Anvisa ampliou a indicação do Mounjaro para tratamento de obesidade e sobrepeso com comorbidade.

Ambos os medicamentos, quando prescritos e adquiridos em farmácias regulamentadas, integram tratamentos reconhecidos pela medicina. Fora desse contexto, quando vendidos sem receita ou pela internet, passam a representar riscos à saúde. No entanto, a crescente demanda global por esses medicamentos extrapolou as indicações terapêuticas aprovadas, impulsionando um aumento expressivo do uso sem prescrição e sem acompanhamento de profissional de saúde, especialmente com finalidades estéticas.

Todos esses produtos vêm sendo amplamente divulgados e vendidos pela internet, nas redes sociais, por algumas clínicas de estética, farmácias de manipulação e centros de bem-estar, colocando potencialmente as pessoas em risco. Esse movimento acendeu alertas em autoridades sanitárias, especialistas e laboratórios fabricantes tanto pelo uso indevido quanto pela circulação de produtos falsificados ou de baixa qualidade, frequentemente comercializados em cadeias de suprimento não regulamentadas.

No Brasil, 77% da população utilizam medicamentos sem prescrição médica, de acordo com o Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF/SP). Esse cenário é potencializado pela forte presença digital do país, que, conforme a Comscore, ocupa a terceira posição mundial no consumo de redes sociais e figura como o segundo país com maior volume de buscas na internet por Ozempic e Mounjaro.

Nesse contexto, a pesquisa *Automedicação e acesso irregular às canetas emagrecedoras: um desafio de saúde pública* identificou um aumento de 35% no consumo dessas substâncias emagrecedoras, sobretudo entre mulheres jovens, impulsionado pela ampla oferta em farmácias e plataformas online.

Texto II



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema **“Automedicação para fins estéticos: uma epidemia na saúde brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista, em, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas.

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

01100 – PROFESSOR PEDAGOGO – TIPO B

Frase: **Bons resultados dependem de planejamento.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **65 (sessenta e cinco)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova de redação;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova de redação.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova de redação para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova de redação para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

- **Texto para as questões de 1 a 12.**

Entre Diretrizes e Práticas: a BNCC como bússola do trabalho docente

Antenor Teixeira de Almeida Júnior

O cotidiano escolar tem exigido do professor uma atuação cada vez mais consciente, reflexiva e alinhada às diretrizes educacionais vigentes. Nesse cenário, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configura-se como um documento orientador fundamental, pois estabelece referenciais comuns para a organização do ensino, sem desconsiderar as especificidades locais. Mais do que um texto normativo, a BNCC tem sido compreendida como um instrumento que vem articulando expectativas de aprendizagem e práticas pedagógicas.

No exercício da docência, os professores têm recorrido à BNCC para planejar, revisar e avaliar suas ações didáticas. Ao definir competências e habilidades, o documento tem possibilitado maior clareza quanto aos objetivos educacionais, favorecendo a coerência entre o que se ensina, o que se aprende e o que se avalia. Nesse processo, têm sido incorporadas práticas que ampliam o protagonismo discente e fortalecem a intencionalidade pedagógica.

Observa-se, ainda, que a BNCC tem contribuído para a integração entre áreas do conhecimento, uma vez que propõe o desenvolvimento de aprendizagens essenciais ao longo da educação básica. Tal proposta tem exigido dos docentes uma leitura atenta do documento, bem como a capacidade de reinterpretar conteúdos tradicionais à luz de novas demandas formativas. Assim, o currículo escolar tem sido progressivamente reorganizado.

Apesar de sua relevância, a implementação da BNCC não tem ocorrido sem desafios. Muitos professores têm apontado a necessidade de formação continuada, visto que novas concepções de ensino e aprendizagem têm sido exigidas. Além disso, questões relacionadas à infraestrutura e às condições de trabalho ainda têm limitado a efetivação plena das orientações curriculares.

Dessa forma, a BNCC consolida-se como uma referência indispensável ao trabalho docente, ao mesmo tempo em que convoca os professores a um movimento contínuo de estudo, reflexão e adaptação. Ao orientar o ensino, o documento tem promovido uma prática pedagógica mais consciente e alinhada às demandas contemporâneas, reforçando o papel do professor como mediador do conhecimento.

1. De acordo com o texto, a função central atribuída à BNCC no cotidiano escolar é:

- (A) uniformizar metodologias de ensino independentemente do contexto escolar.
- (B) orientar o trabalho docente por meio de referenciais comuns, respeitando as especificidades locais.
- (C) padronizar rigidamente as práticas pedagógicas em todo o território nacional.
- (D) substituir a autonomia docente por prescrições curriculares fixas.
- (E) limitar o currículo escolar às competências avaliadas externamente.

2. A partir da leitura global do texto, é possível inferir que a BNCC, no cotidiano escolar, tem provocado uma transformação no trabalho docente que se caracteriza, sobretudo, pela:

- (A) reconfiguração progressiva da prática docente, que exige planejamento consciente, leitura crítica do documento e adaptação às demandas formativas contemporâneas.
- (B) substituição das práticas pedagógicas tradicionais por metodologias padronizadas e homogêneas, definidas de forma centralizada pelo documento.
- (C) eliminação da autonomia do professor, uma vez que as diretrizes curriculares passam a determinar rigidamente conteúdos, métodos e formas de avaliação.
- (D) centralidade exclusiva na definição de conteúdos mínimos, relegando a segundo plano as dimensões formativas e reflexivas do ensino.
- (E) resolução imediata dos problemas estruturais da escola, garantindo condições materiais adequadas para a plena implementação do currículo.

3. Considerando a progressão temática e a disposição argumentativa dos parágrafos ao longo do texto, é correto afirmar que sua organização estrutural se caracteriza por um encadeamento que:

- (A) fragmenta o tema sem progressão lógica.
- (B) apresenta exemplos antes da formulação conceitual.
- (C) parte da contextualização geral para o aprofundamento progressivo da temática.
- (D) repete a mesma ideia sob diferentes formulações.
- (E) privilegia dados estatísticos em detrimento da argumentação.

4. Considerando os mecanismos de articulação discursiva e a função dos operadores argumentativos na construção da progressão textual, é correto afirmar que, no trecho “Observe, ainda, que a BNCC tem contribuído...”, a expressão “ainda” desempenha a função de:

- (A) operador consecutivo, responsável por indicar efeito ou resultado decorrente do argumento anterior.
- (B) operador discursivo de contraste, responsável por instaurar uma relação de oposição implícita entre segmentos textuais.
- (C) marcador conclusivo, empregado para encerrar uma sequência argumentativa previamente desenvolvida.
- (D) operador argumentativo de acréscimo, que introduz um novo argumento em continuidade aos anteriores, reforçando a progressão textual.
- (E) conector explicativo, cuja função é justificar ou esclarecer o enunciado precedente por meio de relação causal.

5. Considerando os processos de construção de sentido do texto e a significação contextual de expressões polissêmicas no discurso educacional, é correto afirmar que, no texto, a expressão “protagonismo discente” designa:

- (A) a supressão do papel mediador do professor em favor de uma aprendizagem espontânea e não sistematizada.
- (B) a centralização do processo de ensino-aprendizagem na figura do professor como principal agente da ação pedagógica.
- (C) a substituição da função docente pela atuação autônoma e independente do estudante no processo educativo.
- (D) o predomínio do domínio técnico dos estudantes sobre os conteúdos curriculares, desvinculado de mediação pedagógica.
- (E) a atuação ativa e responsável do estudante na construção de sua aprendizagem, mediada por práticas pedagógicas intencionalmente orientadas.

6. À luz dos mecanismos de coesão referencial e considerando os processos de retomada e encadeamento de referentes ao longo do texto, assinale a alternativa correta acerca do funcionamento coesivo dos elementos linguísticos empregados.

- (A) O emprego de “Além disso” constitui mecanismo de elipse nominal, uma vez que omite o referente principal para evitar repetição excessiva.
- (B) O termo “Nesse cenário” estabelece uma relação de coesão exclusivamente sequencial, sem vínculo referencial com informações previamente apresentadas no texto.
- (C) A expressão “Tal proposta” introduz um novo referente discursivo, independente das ideias anteriormente desenvolvidas sobre a BNCC.
- (D) O sintagma “o documento”, recorrente no texto, atua como mecanismo anafórico de retomada da Base Nacional Comum Curricular, contribuindo para a manutenção do referente central e para a continuidade temática.
- (E) A expressão “Dessa forma” exerce função de catáfora, antecipando informações que só serão explicitadas nos parágrafos subsequentes.

7. Tendo em vista os valores temporais e aspectuais expressos pelo tempo verbal composto no período “o currículo escolar tem sido progressivamente reorganizado”, assinale a alternativa cuja reescrita preserva, de forma mais adequada, o sentido global do enunciado, sem alteração relevante de tempo, aspecto ou orientação discursiva.

- (A) o currículo vem passando por reorganizações graduais.
- (B) o currículo foi reorganizado de modo imediato.
- (C) o currículo reorganiza-se de forma abrupta.
- (D) o currículo será reorganizado futuramente.
- (E) o currículo vinha sendo reorganizado.

8. Considerando as normas ortográficas vigentes, especialmente no que se refere ao emprego do hífen em formações vocabulares prefixais, e tomando como referência os critérios estabelecidos pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a alternativa cuja grafia está plenamente adequada à norma-padrão.

- (A) Microondas.
- (B) Além-mar.
- (C) Semvergonha. (substantivo)
- (D) Intra-venoso.
- (E) Hiperrealidade.

9. Considerando as regras de acentuação gráfica da língua portuguesa e a classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica, assinale a alternativa cuja palavra recebe acento gráfico por se enquadrar na classe das palavras esdrúxulas e para evitar o erro de prosódia denominado silabada.

- (A) Cíclope.
- (B) Côndor.
- (C) Ínterim.
- (D) Rúbrica.
- (E) Ávaro.

10. Considerando a análise sintática do período e a relação estabelecida entre o verbo e seus complementos, assinale a alternativa correta quanto à função sintática exercida pelo sintagma nominal “uma prática pedagógica” no trecho “o documento tem promovido uma prática pedagógica”.

- (A) Adjunto adnominal.
- (B) Sujeito.
- (C) Complemento nominal.
- (D) Objeto direto.
- (E) Predicativo do sujeito.

11. À luz da sintaxe do período e considerando a distinção entre relações paratáticas e hipotáticas, assinale a alternativa correta quanto à organização sintática do período “Apesar de sua relevância, a implementação da BNCC não tem ocorrido sem desafios.”

- (A) O período constitui-se por parataxe explicativa, com valor de esclarecimento do enunciado principal.
- (B) O período estabelece uma relação de parataxe adversativa entre duas orações independentes.
- (C) O período apresenta uma relação de hipotaxe substantiva, em que a oração inicial exerce função nominal.
- (D) O período estrutura-se por meio de hipotaxe adjetiva, caracterizando o termo antecedente.
- (E) O período organiza-se por hipotaxe adverbial concessiva, introduzida por elemento subordinador de valor concessivo.

12. Considerando os princípios normativos da colocação pronominal e a relação sintática entre sujeito, verbo e pronome clítico em contextos de início de oração, assinale a alternativa em que a posição do pronome está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Se a visse, iria logo falar-lhe sobre o assunto.
- (B) Não tem-se promovido mudanças.
- (C) Promoveu-se, recentemente, mudanças.
- (D) O documento se tem consolidado.
- (E) Tem consolidado-se o documento.

• **Texto para as questões de 13 a 15.**

Planejar para Ensinar: a sala de aula como espaço de intencionalidade pedagógica

O planejamento pedagógico constitui-se como uma dimensão central do trabalho docente, especialmente quando se compreende o ensino como prática intencional e sistemática. Conforme destaca José Carlos Libâneo, planejar não significa apenas organizar conteúdos, mas antecipar ações, prever dificuldades e articular objetivos, métodos e avaliação. Trata-se de uma atividade que orienta o fazer docente e confere sentido às práticas em sala de aula.

No contexto escolar, o planejamento precisa estar articulado às finalidades educativas da escola e às características dos estudantes. Cabe ao professor definir o que será ensinado, a que se destina esse ensino e de que modo ele será desenvolvido. Nesse processo, conteúdos, estratégias e recursos devem ser selecionados com critério, respeitando a coerência entre fins e meios.

Libâneo ressalta que o planejamento não é uma tarefa rígida ou imutável, mas um instrumento flexível, que se ajusta às situações concretas do ensino. Ao longo do processo educativo, o professor pode rever decisões, reorganizar atividades e redefinir percursos, desde que mantenha clareza quanto aos objetivos propostos. Assim, planejar implica acompanhar, avaliar e redirecionar continuamente a prática.

Além disso, o planejamento contribui para a articulação entre os diferentes momentos do trabalho pedagógico. Ao prever ações, o docente evita improvisações excessivas e assegura maior domínio do processo de ensino. Verbos como abolir práticas descontextualizadas, precaver-se contra a dispersão e reaver o sentido do ensino ilustram a necessidade de escolhas conscientes e fundamentadas.

Conclui-se, portanto, que o planejamento é condição essencial para a efetividade do trabalho docente. Ao orientar a ação pedagógica, ele favorece a coerência do ensino e fortalece a autonomia profissional do professor. Planejar é, assim, um exercício permanente de reflexão, que qualifica a prática educativa e contribui para a formação integral dos estudantes.

Texto adaptado de LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo. Cortez, 1992.

13. Com base no primeiro parágrafo do texto e considerando os princípios da concordância verbal na norma-padrão, assinale a alternativa que apresenta corretamente a justificativa para o emprego da forma verbal no singular ou no plural, em função da estrutura sintática do período e das relações estabelecidas entre verbo e seus termos.

- (A) “confere” está na terceira pessoa do singular porque o núcleo do sujeito é “fazer”, retomado pelo pronome relativo “que”.
- (B) “constitui-se” está na terceira pessoa do singular porque concorda com o núcleo do sujeito “pedagógico”.
- (C) “significa” está na terceira pessoa do singular porque estabelece concordância com o verbo “organizar”, que funciona como seu complemento.
- (D) “orienta” encontra-se na terceira pessoa do singular porque tem como sujeito o sintagma nominal “o fazer docente”.
- (E) “trata-se” está na terceira pessoa do singular porque o verbo “tratar-se de”, com sentido de “consistir” ou “dizer respeito a”, configura-se como impessoal, não admitindo sujeito.

14. Considerando a definição de verbos defectivos e tomando como referência os usos linguísticos presentes no texto, assinale a alternativa em que o verbo está corretamente empregado segundo a norma-padrão, sem violação de lacunas de conjugação reconhecidas pela gramática normativa.

- (A) Eu falho ao planejar.
- (B) Eles aboliram antigas práticas.
- (C) Eu reavo o sentido do ensino.
- (D) Nós precavemos os alunos.
- (E) Eu explodo de entusiasmo.

15. Com base exclusivamente no texto e considerando as regras de regência verbal e nominal da língua portuguesa na norma-padrão, assinale a alternativa cuja reescrita mantém o sentido do texto original e apresenta relação sintática adequada ao verbo ou ao nome e ao seu complemento, sem violação das exigências de preposição.

- (A) “Nesse processo, conteúdos, estratégias e recursos devem ser selecionados aos indicadores...”
- (B) “o planejamento escolar precisa estar articulado os propósitos...”
- (C) “que se ajusta aos cenários efetivos do ensino.”
- (D) “Cabem os discentes definir...”
- (E) “Trata-se de uma atividade que orienta o fazer docente e confere sentido os procedimentos em sala de aula.”

Direitos humanos, ética e cidadania

- 16.** A CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres) é o principal tratado internacional da ONU, adotado em 1979 e conhecido como a “Carta de Direitos Humanos das Mulheres”. Estabelece obrigações legais para estados signatários eliminarem a discriminação de gênero e promoverem a igualdade em áreas como política, trabalho, saúde e família. Ensina a CEDAW que os Estados Partes condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas, concordam em seguir, por todos os meios apropriados e sem dilações, uma política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher, e com tal objetivo se comprometem, corretamente, a:
- (A) Tomar as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização ou empresa; Assegurar acesso a serviços médicos adequados, inclusive informação, aconselhamento e serviços em matéria de planejamento familiar; dentre outros enumerados no art. 2º da própria CEDAW.
 - (B) Adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proibam toda discriminação contra a mulher; Participar na formulação de políticas governamentais e na execução destas, e ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais; dentre outros enumerados no art. 2º da própria CEDAW.
 - (C) Derrogar todas as disposições penais nacionais que constituam discriminação contra a mulher; Modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres; dentre outros enumerados no art. 2º da própria CEDAW.
 - (D) Abster-se de incorrer em todo ato ou prática de discriminação contra a mulher e zelar para que as autoridades e instituições públicas atuem em conformidade com esta obrigação; Consagrar, se ainda não o tiverem feito, em suas constituições nacionais ou em outra legislação apropriada o princípio da igualdade do homem e da mulher e assegurar por lei outros meios apropriados a realização prática desse princípio; dentre outros enumerados no art. 2º da própria CEDAW.
 - (E) Estabelecer a proteção jurídica dos direitos da mulher numa base de igualdade com os do homem e garantir, por meio dos tribunais nacionais competentes e de outras instituições públicas, a proteção efetiva da mulher contra todo ato de discriminação; Garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social e o reconhecimento da responsabilidade comum de homens e mulheres no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento de seus filhos, entendendo-se que o interesse dos filhos constituirá a consideração primordial em todos os casos; dentre outros enumerados no art. 2º da própria CEDAW.
- 17.** Define a Lei Federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) que se considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as medidas corretamente informadas apenas em:
- (A) Obrigação de reparar o dano e Liberdade assistida; dentre outras enumeradas no art. 112 do ECA.
 - (B) Advertência e Detenção; dentre outras enumeradas no art. 112 do ECA.
 - (C) Prestação de serviços à comunidade e Trabalho obrigatório em instituição pública; dentre outras enumeradas no art. 112 do ECA.
 - (D) Internação em estabelecimento educacional e Prisão especial; dentre outras enumeradas no art. 112 do ECA.
 - (E) Inserção em regime de semiliberdade e Impedimento; dentre outras enumeradas no art. 112 do ECA.
- 18.** As regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça juvenil adotadas pela resolução nº 40/33 da Assembleia Geral, de 29 de novembro de 1985, também são chamadas de Regras de Beijing. As regras mínimas são deliberadamente formuladas para serem aplicáveis dentro de diferentes sistemas jurídicos e, ao mesmo tempo, para estabelecer alguns padrões mínimos para o tratamento de adolescentes a quem se atribui prática de ato infracional sob qualquer definição de adolescente e sob qualquer sistema de tratamento de adolescentes a quem se atribui prática de ato infracional. As regras devem ser sempre aplicadas de forma imparcial e sem distinção de qualquer tipo e por extensão, como corretamente exposto apenas em:
- (A) Reconhecer o conceito de idade de responsabilidade penal de adolescentes, o início dessa idade não deve ser fixado em faixa etária muito baixa, tendo em vista os fatores de maturidade emocional, mental e intelectual.
 - (B) Enfatizar o bem-estar de adolescentes e deve assegurar que qualquer resposta aos(as) adolescentes a quem se atribui prática de ato infracional seja sempre proporcional às circunstâncias dos(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e da infração.
 - (C) Garantir condições processuais básicas, como a presunção de inocência, o direito de ser notificado(a) das acusações, o direito de permanecer em silêncio, dentre outros.
 - (D) Garantir a devida prestação de contas em todas as fases e níveis no exercício dessa discricionariedade.
 - (E) Processar adultos(as) jovens em cumprimento de medida socioeducativa, dependendo, é claro, de cada limite de idade determinado.

19. A inclusão e a diversidade no Brasil em 2025-2026 concentram-se no fortalecimento de marcos legais para garantir equidade em educação, direitos sociais e combate ao racismo e preconceitos. Assim, foi instituída a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, instrumento de implementação da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, por meio de ação conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cujo objetivo está corretamente exposto em:

- (A) ofertar tecnologias assistivas e adaptações razoáveis, de acordo com as necessidades individuais, em interação com os contextos educacionais, dentre outros.
- (B) garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, dentre outros.
- (C) expandir e consolidar a formação continuada em serviço dos profissionais de educação das redes públicas de ensino, dentre outros.
- (D) promover a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até o ensino superior, dentre outros.
- (E) assegurar o acesso, a participação, a permanência e a aprendizagem dos estudantes que são o público da educação especial nos estabelecimentos de ensino, em classes comuns, dentre outros.

20. As situações que configuram conflito de interesses envolvendo ocupantes de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo Federal, os requisitos e restrições a ocupantes de cargo ou emprego que tenham acesso a informações privilegiadas, os impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego e as competências para fiscalização, avaliação e prevenção de conflitos de interesses regulam-se pelo disposto na Lei Federal nº 12.813/13. Legalmente, configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo Federal, no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União, o corretamente informado apenas em:

- (A) prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego; atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; dentre outros.
- (B) aceitar cargo de administrador ou conselheiro ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado; celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; dentre outros.
- (C) praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão; prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado; dentre outros.
- (D) divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas; receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; dentre outros.
- (E) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego; exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe; dentre outros.

Didática

21. Para Libâneo, a Didática é uma das disciplinas da Pedagogia que estuda o processo de ensino através dos seus componentes – os conteúdos escolares, o ensino e a aprendizagem. Nessa perspectiva, a função social da didática está relacionada à(ao):

- (A) conformação do ensino às exigências imediatas do sistema produtivo social, com ênfase na eficiência técnica dos métodos e na neutralidade ideológica da prática pedagógica.
- (B) normatização do trabalho docente por meio da padronização metodológica, visando à homogeneização das práticas escolares e à manutenção da ordem social vigente.
- (C) adaptação do processo educativo às disposições naturais do aluno, reduzindo a mediação pedagógica e privilegiando a aprendizagem espontânea como eixo do ensino.
- (D) instrumentalização do ensino como mecanismo de ascensão social, subordinando o acesso ao conhecimento às finalidades de ajuste e controle social.
- (E) papel da educação na sociedade, ela consiste em mediar o acesso dos estudantes ao conhecimento historicamente produzido, possibilitando sua participação crítica na vida social.

22. Considerando as relações estabelecidas entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano no âmbito da Psicologia Histórico-Cultural, pode-se afirmar que o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, formulado por Vygotsky, mostra-se coerente na medida em que:

- (A) descreve o papel do ensino como mera transmissão de conteúdos já dominados pelo aluno para consolidar o conhecimento que este já possui, sem influenciar diretamente o desenvolvimento de funções cognitivas superiores.
- (B) define um espaço de ação mediado socialmente, em que o ensino estruturado atua sobre o processo de aprendizagem para antecipar aspectos do desenvolvimento, de modo que aquilo que hoje é alcançado com ajuda se tornará capacidade autônoma posteriormente.
- (C) postula que o desenvolvimento humano decorre exclusivamente da maturação inata das funções cognitivas, de forma que a aprendizagem mediada não altera qualitativamente o processo de desenvolvimento.
- (D) reduz a relação entre aprendizagem e desenvolvimento a um mecanismo biológico interno que independe das interações sociais e da intencionalidade pedagógica do professor, situando o ensino como variável secundária.
- (E) corresponde à distância entre o nível de desenvolvimento real e o potencial, orientando a prática educativa para conduzir os estudantes a aprenderem apenas por experiências espontâneas, sem mediação adulta ou entre pares mais experientes.

23. As principais Tendências Pedagógicas brasileiras se dividem em duas grandes linhas de pensamento pedagógico: Liberais e Progressistas. Considerando as características de cada uma, assinale a alternativa correta.

- (A) A tendência pedagógica progressista crítico-social dos conteúdos prioriza a livre expressão do educando e a aprendizagem espontânea, minimizando a intervenção docente e a sistematização dos conteúdos escolares.
- (B) A tendência pedagógica liberal tradicional valoriza a transmissão sistemática dos conteúdos historicamente acumulados, atribuindo ao professor o papel central de organizador do ensino e ao aluno a função de assimilar conhecimentos.
- (C) A tendência pedagógica liberal renovada não-diretiva prioriza a eficiência do processo de ensino por meio da organização racional dos conteúdos e da definição prévia de objetivos instrucionais, cabendo ao professor conduzir sistematicamente a aprendizagem do aluno.
- (D) A tendência pedagógica libertária defende a valorização da experiência do aluno e de seus interesses individuais, estruturando o ensino a partir de métodos ativos previamente planejados pelo professor.
- (E) A tendência pedagógica tecnicista compreende a educação como instrumento de desenvolvimento de competências técnicas, favorecendo a reflexão crítica do educando sobre as relações sociais e políticas que permeiam o trabalho.

24. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais para os estudantes da educação básica. Nesse sentido, considerando as competências gerais da educação básica, é necessário:

- (A) conhecer e apreciar produções artísticas e culturais, ampliando o repertório estético escolar e o contato com expressões culturais específicas, sem necessariamente se engajar em processos de reflexão ou criação artística.
- (B) incentivar práticas de convivência social pautadas no respeito mútuo e na observância de normas coletivas, favorecendo relações harmoniosas entre os indivíduos, com atenção às diferenças existentes e à manutenção de um ambiente homogêneo.
- (C) reconhecer e mobilizar conhecimentos consolidados no âmbito escolar para interpretar situações do cotidiano e ampliar repertórios informativos, favorecendo a continuidade dos estudos e a adaptação do indivíduo em contextos objetivos.
- (D) agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
- (E) estimular a busca por informações e a resolução de situações-problema por meio de procedimentos orientados, recorrendo à observação e à análise objetiva, com vistas à aplicação prática de conteúdos diferentes das áreas da matemática.

25. No âmbito das práticas pedagógicas contemporâneas, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são compreendidas como abordagens que:

- (A) promovem a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, favorecendo a integração de saberes em torno de problemas, temas ou projetos comuns, ao mesmo tempo em que reconhecem a possibilidade de ultrapassar os limites disciplinares na construção de sentidos mais amplos sobre a realidade.
- (B) organizam o ensino a partir da justaposição de conteúdos de distintas disciplinas, preservando a autonomia dos campos do saber e assegurando o tratamento sequencial dos objetos de conhecimento previstos no currículo.
- (C) priorizam a abordagem simultânea de conteúdos disciplinares diversos, mantendo a centralidade dos conceitos específicos de cada área como forma de garantir a sistematização do conhecimento escolar.
- (D) fundamentam-se na substituição das disciplinas escolares por eixos temáticos gerais, com vistas à homogeneização dos conteúdos e à padronização das práticas pedagógicas.
- (E) estruturam-se na aplicação integrada de metodologias comuns às diferentes áreas do conhecimento, com ênfase na otimização do tempo pedagógico e no cumprimento dos objetivos curriculares estabelecidos.

26. No âmbito das práticas pedagógicas e da organização curricular, a literatura educacional contemporânea classifica os conteúdos escolares em conceituais, procedimentais e atitudinais, entendidos como dimensões complementares do processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, esses três conteúdos referem-se, respectivamente, a saberes relacionados com a:

- (A) apresentação de conteúdos conceituais como elementos independentes da prática, a realização de atividades procedimentais valorizando o conhecimento teórico e a incorporação de atitudes como complemento opcional ao currículo.
- (B) descrição de fatos observáveis e específicos, a execução focada em técnicas sem referência a objetivos mais amplos e a adoção de comportamentos que atendam às expectativas institucionais de desempenho.
- (C) construção de capacidades intelectuais para organizar e compreender realidades, a instrumentalização de ações para atingir metas propostas e a formação de atitudes e valores que orientam a intervenção do aluno em sua realidade.
- (D) memorização de informações, o desenvolvimento de tarefas práticas valorizando a avaliação de atitudes por meio de métricas padronizadas de cumprimento de regras.
- (E) organização de conteúdos em sequência lógica para facilitar a transmissão de informações, a seleção de procedimentos comuns a todas as disciplinas e a promoção de posturas comportamentais homogêneas no conjunto dos estudantes.

27. Muitos são os instrumentos existentes para apoiar o planejamento didático-pedagógico, a estruturação, a organização, a definição de objetivos instrucionais e a escolha de instrumentos de avaliação. A Taxonomia de Bloom é um desses instrumentos cuja finalidade é auxiliar a identificação e a declaração dos objetivos ligados ao desenvolvimento cognitivo. Nessa perspectiva, a alternativa que expressa corretamente o entendimento contemporâneo dessa taxonomia no planejamento e na avaliação dos objetivos instrucionais é aquela que:

- (A) considera a taxonomia um modelo universal de inclusão e de organização dos objetivos educacionais, aplicável de maneira homogênea aos diferentes contextos, cursos e perfis de estudantes.
- (B) compreende a taxonomia como um instrumento bidimensional, articulando a dimensão do conhecimento e a dos processos cognitivos, de modo a orientar a definição de objetivos, o planejamento das atividades de ensino e a avaliação das aprendizagens.
- (C) entende a taxonomia como uma hierarquia linear de níveis cognitivos, cuja progressão sequencial deve ser obrigatoriamente respeitada na formulação dos objetivos e nos processos avaliativos.
- (D) utiliza a taxonomia prioritariamente para classificar conteúdos curriculares segundo sua complexidade conceitual, tomando o domínio do conhecimento como eixo central da definição dos objetivos instrucionais.
- (E) concebe a taxonomia como um referencial voltado predominantemente à mensuração dos resultados finais da aprendizagem, sendo aplicada de forma privilegiada em avaliações somativas e classificatórias.

28. A utilização de metodologias híbridas na educação representa uma resposta à necessidade de plasticidade no processo de ensino e aprendizagem. Nos últimos anos, as tecnologias digitais permitiram desenvolver novas formas de aprender e ensinar, com práticas de experimentação e vivência no ambiente escolar. Nessa perspectiva, a sala de aula invertida se constitui como uma estratégia caracterizada, fundamentalmente, pelo fato de que:

- (A) a aprendizagem é mais significativa porque o aluno é o protagonista do processo, dispensando a sistematização dos conteúdos escolares e a mediação pedagógica do professor.
- (B) o aluno é o protagonista da sua aprendizagem e o professor assume o papel de observador. Assim, o conteúdo é mais lúdico e sem a obrigatoriedade de fazer atividades e leituras exaustivas.
- (C) o professor tem a responsabilidade de transmitir o conteúdo e as atividades avaliativas são realizadas em casa. Isso possibilita que o aluno exerça sua autonomia e responsabilidade.
- (D) os conteúdos são estudados a partir de vídeos disponíveis na internet. Dessa maneira, o aluno tem autonomia para escolher os vídeos que deseja assistir para realizar as atividades que serão enviadas para o professor.
- (E) o conteúdo passa a ser estudado em casa e as atividades realizadas em sala de aula. Com isso, o estudante deixa para trás aquela postura passiva de ouvinte e assume o papel de protagonista do seu aprendizado.

29. Vem se ampliando na literatura acadêmica brasileira a presença de experiências e discussões da aplicação dos fundamentos das metodologias ativas como estratégia de ensino e de organização de estruturas curriculares em diferentes níveis e modalidades educacionais. Na perspectiva da educação básica, um currículo na Aprendizagem Baseada em Problemas é aquele que:

- (A) define previamente os conteúdos e os objetivos de aprendizagem, incorporando situações-problema como estratégias complementares de fixação e de avaliação sistemática do conhecimento adquirido pelos alunos.
- (B) organiza o processo de ensino a partir da exposição sistemática dos conteúdos previamente selecionados, cabendo aos alunos aplicar, posteriormente, esses conhecimentos em situações práticas previamente definidas pelo professor.
- (C) estrutura o currículo com base na sequência lógica e progressiva dos conteúdos disciplinares, utilizando problemas matemáticos como recursos ilustrativos para reforçar conceitos já trabalhados em sala de aula.
- (D) apresenta o problema como ponto de partida do processo de ensino e aprendizagem, utilizando-o como eixo estruturante do currículo e do processo metodológico, de modo que a definição dos conteúdos e das estratégias pedagógicas decorra da investigação e da resolução de situações-problema, por meio das quais o conhecimento é construído pelos alunos.
- (E) prioriza a transmissão dos conhecimentos essenciais previstos no currículo escolar, adotando metodologias que assegurem a assimilação conceitual antes da proposição de atividades práticas ou situações contextualizadas.

30. Para que o aluno aprenda e participe da vida escolar de forma adequada, são necessárias disciplina e atenção. No entanto, no contexto educacional contemporâneo, a indisciplina tem se configurado como um desafio recorrente para professores e equipes gestoras. Nesse cenário, uma gestão democrática atuante é aquela que:

- (A) medeia conflitos de forma imparcial, favorece o diálogo, a escuta de diferentes ideias, a possibilidade de sugestões, o reconhecimento e a correção das faltas, bem como a construção de relações baseadas na verdade, na convivência pacífica e na igualdade entre os sujeitos, promovendo comportamentos favoráveis à aprendizagem e à convivência no ambiente escolar.
- (B) fundamenta sua atuação na definição de diretrizes institucionais e fluxos administrativos que asseguram a estabilidade organizacional, priorizando a eficiência do funcionamento escolar a partir do combate à indisciplina e às conversas paralelas dentro de sala de aula.
- (C) intervém nas situações de indisciplina, dentro e nas mediações da escola, por meio de orientações normativas e corretivas previamente estabelecidas, atribuindo à equipe gestora a centralidade das decisões relacionadas ao comportamento discente.
- (D) auxilia na educação atitudinal dos alunos e organiza procedimentos administrativos e pedagógicos voltados à padronização das condutas dos estudantes, de modo a prevenir conflitos e garantir a previsibilidade das ações no ambiente escolar.
- (E) estrutura mecanismos institucionais de controle disciplinar, assegurando a aplicação uniforme das normas de convivência como estratégia prioritária para a manutenção da ordem e do funcionamento regular da escola, de modo que todos possam aprender igualmente os conteúdos.

31. No contexto da convivência escolar e do enfrentamento de situações de conflito no cotidiano das instituições de ensino, diferentes abordagens têm sido propostas. Considerando práticas pedagógicas contemporâneas voltadas ao diálogo e à mediação de conflitos no ambiente escolar, mostra-se necessário:

- (A) considerar como eixo central da gestão dos conflitos a identificação de comportamentos inadequados e a aplicação de medidas punitivas, com vistas à rápida restauração da ordem no ambiente escolar.
- (B) estabelecer normas rígidas de conduta e de sanções objetivas como principal estratégia para prevenir e solucionar conflitos na escola, enfatizando a observância estrita das regras como condição para a manutenção da disciplina.
- (C) priorizar a atuação unilateral da equipe gestora na tomada de decisões relacionadas à disciplina e ao enfrentamento das desavenças escolares, com foco na aplicabilidade imediata de medidas corretivas.
- (D) promover a mediação de conflitos por meio de conversas estruturadas que reforcem o respeito mútuo, a escuta ativa e a participação de todos os envolvidos, de modo a tornar o espaço escolar propício ao fortalecimento de vínculos e à convivência harmônica.
- (E) utilizar o diálogo como instrumento de reforço das normas e das advertências previamente definidas, sem a necessidade de envolver os diferentes sujeitos escolares na construção coletiva de soluções.

32. A avaliação da aprendizagem, de forma geral, é um dos temas mais desafiadores da organização do trabalho pedagógico. Em sala de aula, considerando os critérios e os instrumentos de avaliação, a concepção de avaliação da aprendizagem correta é aquela que:

- (A) orienta-se por critérios definidos pela equipe escolar, sem necessidade de torná-los explícitos aos estudantes, uma vez que tais critérios se destinam à organização técnica da prática docente e ao desempenho dos estudantes.
- (B) utiliza majoritariamente instrumentos padronizados e avaliações somativas ao término de cada etapa, concentrando-se na verificação dos resultados obtidos pelos alunos.
- (C) estabelece critérios avaliativos de caráter amplo, priorizando a aferição dos resultados alcançados pelos estudantes ao final do processo, com menor ênfase na articulação desses critérios com os conteúdos e as estratégias didáticas desenvolvidas.
- (D) privilegia procedimentos avaliativos baseados em registros quantitativos e sínteses finais de desempenho, utilizando referências comparativas entre estudantes como parâmetro para a análise dos resultados obtidos.
- (E) compreende a avaliação como um processo contínuo e cumulativo, integrado ao ensino, estabelecendo critérios claros e utilizando instrumentos diversificados e coerentes com os objetivos e conteúdos trabalhados, a fim de orientar decisões pedagógicas ao longo do percurso formativo.

33. Na contemporaneidade, o conceito de acessibilidade transcende as questões físico-espaciais. Nessa perspectiva, a acessibilidade cuja concepção transcende as barreiras arquitetônicas precisa contemplar também as dimensões:

- (A) comunicacionais e instrumentais, priorizando a disponibilização de recursos técnicos e tecnológicos que assegurem o acesso físico e informacional aos espaços e aos conteúdos escolares.
- (B) metodológicas, ao adaptar estratégias de ensino e de avaliação às necessidades específicas dos estudantes, assegurando a flexibilização curricular sem alterar as relações interpessoais no ambiente escolar.
- (C) atitudinais, porque envolve componentes cognitivos, afetivos e comportamentais, que trazem implicações significativas para a prática pedagógica e, conseqüentemente, para a inclusão na escola.
- (D) programáticas, mediante o cumprimento das normas legais e institucionais de inclusão, garantindo que políticas educacionais sejam formalmente incorporadas ao cotidiano escolar.
- (E) arquitetônicas, ampliadas ao integrar melhorias estruturais, organização dos espaços e adequação do mobiliário escolar como condição suficiente para a promoção da inclusão educacional.

34. A ampliação do direito à educação evidenciou que a exclusão escolar não se restringe à ausência de acesso, mas envolve a negação de condições efetivas de participação, de aprendizagem e de permanência. À luz do que dispõe a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), no âmbito das políticas públicas educacionais, o dever do poder público na garantia de uma educação inclusiva consiste em:

- (A) garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, com a oferta de recursos de acessibilidade, apoios necessários e adaptações razoáveis, assegurando a participação plena e o aprendizado ao longo da vida.
- (B) assegurar a matrícula de estudantes com deficiência no ensino regular, priorizando a adoção de providências administrativas básicas voltadas à permanência no sistema educacional.
- (C) implementar políticas educacionais específicas organizadas de forma paralela ao ensino regular, destinadas exclusivamente ao atendimento das necessidades dos estudantes com deficiência.
- (D) priorizar a ampliação do atendimento educacional especializado como eixo central da política de inclusão, concentrando nesse serviço a responsabilidade pelo acompanhamento educacional dos estudantes público-alvo da educação especial.
- (E) regulamentar diretrizes gerais de inclusão escolar, delegando às unidades educacionais a definição autônoma das ações necessárias para o atendimento dos estudantes com deficiência.

35. Com base nos pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a avaliação das aprendizagens no contexto da Educação Básica deve ser compreendida como um processo que:

- (A) utiliza registros de desempenho objetivo como subsídios para o acompanhamento dos resultados educacionais e para o alinhamento do planejamento pedagógico às metas institucionais da escola.
- (B) orienta o rendimento escolar pela aferição e por meio de instrumentos avaliativos periódicos, garantindo critérios comuns de análise e de acompanhamento do desempenho entre estudantes e turmas.
- (C) estrutura o acompanhamento sistemático dos conteúdos desenvolvidos, com vistas à consolidação do currículo e ao monitoramento do progresso acadêmico ao longo do período letivo.
- (D) apoia a aprendizagem em procedimentos avaliativos de caráter predominantemente somativo, voltados à verificação das aprendizagens previstas para cada etapa da escolarização.
- (E) constrói e aplica procedimentos de avaliação formativa, de processo ou de resultado, que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros para o aprimoramento das práticas pedagógicas e do desempenho da escola, dos professores e dos alunos.

36. A BNCC está estruturada de modo a explicitar as competências que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade, como expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes. Nesse viés, a BNCC, quanto à sua estrutura e aos seus fundamentos, caracteriza-se por:

- (A) orientar a organização curricular a partir de referenciais de desempenho acadêmico, com maior ênfase nas competências finais do Ensino Médio e caráter indicativo para as etapas iniciais.
- (B) explicitar direitos de aprendizagem comuns a toda a Educação Básica, deixando a sistematização das competências gerais e específicas sob responsabilidade dos sistemas de ensino.
- (C) estruturar o currículo com base em eixos temáticos amplos, priorizando a integração de saberes e a flexibilidade curricular, sem a definição prévia das competências a serem desenvolvidas em cada etapa.
- (D) organizar um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, articulando competências gerais, competências específicas de área, habilidades e direitos de aprendizagem a serem desenvolvidos ao longo das diferentes etapas da Educação Básica.
- (E) definir aprendizagens essenciais a partir de conteúdos e objetivos gerais, cabendo às redes e às escolas estabelecer, de forma autônoma, a articulação desses elementos com competências e direitos de aprendizagem.

37. À luz da teoria do desenvolvimento humano de Henri Wallon, a afetividade ocupa lugar central no processo de aprendizagem. Considerando essa perspectiva, assinale a alternativa correta.

- (A) A afetividade interfere na aprendizagem apenas nos estágios iniciais do desenvolvimento, sendo progressivamente substituída pela cognição ao longo da escolarização.
- (B) A afetividade participa ativamente da aprendizagem, influenciando os processos cognitivos e sendo, por sua vez, reorganizada pelas atividades intelectuais, em um movimento de integração característico do desenvolvimento humano.
- (C) A afetividade constitui um domínio funcional independente, cuja atuação não exerce influência significativa sobre os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem.
- (D) A aprendizagem ocorre de modo mais eficaz quando a escola prioriza exclusivamente os conteúdos cognitivos, deixando a dimensão afetiva sob responsabilidade do contexto familiar.
- (E) As manifestações afetivas devem ser controladas no contexto escolar, pois tendem a comprometer o desempenho cognitivo e a objetividade do processo de ensino-aprendizagem.

38. A relação professor-aluno constitui um elemento central do processo educativo, especialmente no que se refere à motivação e ao engajamento dos estudantes nas atividades escolares. Nesse sentido, uma prática docente que favorece a motivação e o engajamento discente caracteriza-se por:

- (A) concentrar a mediação pedagógica na transmissão de conteúdos programáticos, partindo da premissa de que a clareza da exposição e a repetição de conceitos são suficientes para manter o interesse, a motivação, o engajamento e a adesão dos estudantes às atividades escolares.
- (B) estruturar a organização das tarefas de forma padronizada, com foco principal nos resultados avaliativos de curto prazo, incentivando a competição entre os estudantes como estratégia para elevar o engajamento e o desempenho acadêmico.
- (C) promover interações que priorizem a escuta ativa, o respeito mútuo e o reconhecimento das necessidades e interesses dos estudantes, favorecendo a construção de um ambiente de confiança e de participação que estimula a motivação e o engajamento no processo de aprendizagem.
- (D) adotar predominantemente abordagens expositivas e transmissivas de conteúdos, considerando que manter um ritmo uniforme de instrução e cobertura curricular maximiza a cobertura de conteúdos e a eficiência didática independentemente da interação interpessoal.
- (E) orientar-se por regras rígidas de disciplina e cumprimento de tarefas, considerando que o comportamento ordenado e a minimização de conflitos garantem o engajamento e a motivação dos estudantes nos momentos de avaliação formal.

39. As tecnologias digitais, cuja arquitetura corresponde ao que se convencionou chamar de Inteligência Artificial (IA), consolidaram-se como um tema prevalente nos mais diversos setores da sociedade. No campo educacional, observa-se um movimento marcado pela integração da IA aos processos de escolarização formal. Nesse contexto, uma abordagem educacional coerente com a incorporação crítica dessas tecnologias caracteriza-se por:

- (A) utilizar ferramentas de IA de modo eticamente orientado e pedagogicamente intencional, articulando-as a propósitos educacionais mais amplos, considerando as condições concretas de implementação e reconhecendo que tais tecnologias não são respostas suficientes, por si sós, aos problemas estruturais dos sistemas educacionais.
- (B) adotar soluções de IA com base prioritária em evidências empíricas de eficácia, pressupondo que tais evidências sejam suficientes para orientar sua incorporação aos sistemas educacionais, independentemente de análises éticas, pedagógicas ou contextuais mais amplas.
- (C) empregar tecnologias de IA sobretudo para ampliar a personalização do ensino e a eficiência das práticas pedagógicas, ainda que parte das evidências disponíveis decorra de contextos experimentais ou controlados.
- (D) incorporar a IA aos processos educacionais como resposta inovadora a problemas históricos da educação básica, reconhecendo seu potencial de mitigação de desafios estruturais por meio de soluções tecnológicas avançadas.
- (E) integrar a IA às práticas escolares com foco na automação de atividades docentes e na gestão educacional baseada em dados, enfatizando ganhos operacionais como estratégia central de qualificação do ensino.

40. A gamificação tem sido mobilizada no campo educacional como estratégia para promover, além de outras coisas, engajamento e motivação em atividades de aprendizagem. À luz das definições contemporâneas sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A gamificação pressupõe a transposição integral de jogos digitais para o contexto educacional, mantendo suas regras, narrativas e sistemas de recompensas como eixo central da atividade pedagógica.
- (B) A gamificação distingue-se do uso de jogos educacionais por priorizar mecanismos motivacionais extrínsecos, como recompensas e pontuações, em detrimento de processos cognitivos e reflexivos.
- (C) A gamificação caracteriza-se pela incorporação intencional e planejada de elementos e dinâmicas dos jogos em contextos educacionais que não se configuram como jogos, com a finalidade de favorecer o engajamento, a motivação e a aprendizagem.
- (D) A aplicação de estratégias de gamificação depende, necessariamente, da criação de ambientes simulados nos quais o participante substitui a atividade real por uma experiência ficcional de aprendizagem.
- (E) A gamificação consiste na utilização pontual de recursos estéticos dos jogos, como rankings e sistemas de feedback, sendo secundária a articulação desses elementos com objetivos educacionais explícitos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. No que se refere ao desenvolvimento infantil, entende-se que a motricidade, a linguagem e a cognição são processos interdependentes que se estruturam a partir da interação entre a maturação biológica e as experiências ambientais. Sobre a evolução dessas competências nos primeiros anos de vida, é correto afirmar que:

- (A) a maturação do sistema nervoso central garante o desenvolvimento motor isolado, independentemente dos estímulos cognitivos ou da interação social da criança.
- (B) a aquisição da linguagem verbal precede a capacidade de representação simbólica, sendo esta última dependente da consolidação da fala estruturada.
- (C) o desenvolvimento da motricidade fina ocorre de forma simultânea à motricidade ampla, sem que haja uma progressão do controle proximal para o distal.
- (D) a cognição na primeira infância é marcada pela capacidade de abstração plena, o que permite à criança dissociar precocemente o objeto de sua função prática.
- (E) o domínio do vocabulário receptivo costuma ser superior ao vocabulário expressivo, indicando que a compreensão da linguagem antecede a capacidade de produção.

42. No contexto do desenvolvimento infantil, a brincadeira é reconhecida não apenas como uma atividade lúdica, mas como um processo fundamental para a estruturação do psiquismo e a apropriação da cultura. Sobre a função do brincar no desenvolvimento cognitivo e social da criança, tal como a conceituam autores como Vygotsky, assinale a alternativa correta.

- (A) A utilização de jogos educativos com regras rígidas deve substituir o brincar livre para garantir a prontidão acadêmica na primeira infância.
- (B) A atividade lúdica na infância atua como um mecanismo de distração que posterga o desenvolvimento de funções executivas complexas.
- (C) O brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal ao permitir que a criança se comporte além do comportamento habitual de sua idade.
- (D) A brincadeira de faz-de-conta favorece a reprodução mecânica de hábitos motores, sem impacto na capacidade de abstração simbólica.
- (E) O desenvolvimento social por meio dos jogos ocorre de forma isolada, visto que o egocentrismo infantil dificulta a negociação de regras coletivas.

43. A organização da prática pedagógica na Educação Infantil exige uma didática que reconheça as especificidades dessa etapa, na qual as interações e a brincadeira constituem os eixos estruturantes do currículo nacional. Sobre o planejamento das metodologias voltadas para as crianças pequenas, é correto afirmar que:

- (A) a avaliação do desenvolvimento da criança deve ocorrer mediante testes destinados à classificação e promoção escolar.
- (B) a organização do espaço e do tempo deve ser fragmentada para assegurar a produtividade das atividades propostas.
- (C) a prática educativa precisa priorizar o ensino de conteúdos isolados para garantir a prontidão cognitiva nas etapas posteriores.
- (D) a observação e o registro das experiências infantis são instrumentos fundamentais para a continuidade do processo pedagógico.
- (E) a metodologia de projetos deve ser centralizada na figura do docente para evitar a dispersão do foco durante as atividades lúdicas.

44. As tendências pedagógicas brasileiras foram classificadas por diversos autores em dois grandes grupos: as liberais e as progressistas. No que se refere à tendência progressista crítico-social dos conteúdos, também denominada histórico-crítica, é correto afirmar que:

- (A) a prática pedagógica centraliza-se na autogestão dos alunos, sendo o professor um facilitador das experiências lúdicas.
- (B) o papel da escola consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumirem sua posição na sociedade de classes.
- (C) a metodologia de ensino privilegia o aprender a aprender, focando na adequação das necessidades individuais ao meio social.
- (D) o processo educativo foca na modelagem do comportamento humano através de técnicas de reforço e controle de contingências.
- (E) a função da educação reside na difusão de conteúdos universais que são reavaliados frente às realidades sociais dos estudantes.

45. A Educação em Direitos Humanos (EDH) é um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, visando à construção de uma cultura democrática e solidária. No contexto das instituições de ensino, a implementação da EDH deve fundamentar-se em uma prática que:

- (A) condicione o exercício da cidadania plena ao cumprimento prévio de requisitos de desempenho acadêmico formal.
- (B) restrinja o debate sobre garantias fundamentais aos componentes curriculares das áreas de ciências humanas e sociais.
- (C) promova a vivência cotidiana de valores democráticos em todas as dimensões do ambiente e da gestão escolar.
- (D) privilegie a transmissão teórica de normas internacionais em detrimento das realidades locais dos alunos.
- (E) estabeleça critérios de conduta baseados na uniformização de comportamentos para evitar conflitos de natureza política.

46. No âmbito das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009), a organização do trabalho pedagógico deve assegurar direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, articulando cuidado e educação. Considerando os fundamentos éticos, políticos e estéticos que orientam essas Diretrizes, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio estético das DCNEI refere-se ao desenvolvimento de habilidades artísticas específicas, como desenho e música, desvinculadas das demais experiências infantis.
- (B) As práticas pedagógicas devem priorizar a antecipação de conteúdos do Ensino Fundamental, garantindo a alfabetização formal como eixo estruturante da Educação Infantil.
- (C) A avaliação na Educação Infantil deve ter caráter classificatório, com registros padronizados que permitam a comparação objetiva do desempenho entre as crianças.
- (D) A organização curricular da Educação Infantil deve ser disciplinar, de modo a assegurar a progressão linear dos conhecimentos científicos desde a creche até a pré-escola.
- (E) As interações e a brincadeira constituem eixos estruturantes da prática pedagógica, pois possibilitam a construção da autonomia, da identidade e da participação das crianças nas práticas sociais e culturais.

47. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal, estabelece o princípio da proteção integral. No que diz respeito ao direito à educação e ao atendimento de crianças na faixa etária da educação infantil, o referido diploma legal determina que:

- (A) a organização dos currículos da educação infantil deve priorizar a formação técnica e a preparação precoce para o mercado de trabalho.
- (B) o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade configura-se como um dever do Estado.
- (C) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito deve ser garantido pelo Estado apenas para as crianças a partir dos seis anos de idade.
- (D) a progressão escolar nas instituições de educação infantil deve ser condicionada ao aproveitamento mínimo em avaliações cognitivas.
- (E) a responsabilidade pela matrícula e pela frequência escolar das crianças cabe principalmente aos órgãos de assistência social local.

48. A Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. De acordo com os dispositivos legais e as diretrizes curriculares nacionais correlatas, essa temática deve:

- (A) ser ministrada no âmbito de todo o currículo escolar, com especial ênfase nas áreas de educação artística, literatura e história.
- (B) constituir uma disciplina específica e isolada dentro da matriz curricular para assegurar o aprofundamento teórico necessário.
- (C) focar-se nas datas comemorativas do calendário escolar para evitar a interrupção do cronograma regular das demais disciplinas.
- (D) focar prioritariamente nos aspectos biológicos das etnias para fundamentar o conceito de democracia racial no ambiente acadêmico.
- (E) apresentar a história do continente africano a partir da perspectiva eurocêntrica para garantir a neutralidade científica dos conteúdos.

49. A função social da escola pública contemporânea tem sido objeto de intensos debates, superando a visão meramente instrutiva para alcançar uma dimensão ética, política e social. Autores como José Carlos Libâneo e Demerval Saviani são alguns dos envolvidos neste debate. De acordo com sua perspectiva, predominante na pedagogia atual, espera-se que a instituição escolar atue de modo a:

- (A) focar o processo de ensino na memorização de conteúdos enciclopédicos como forma de nivelamento cultural básico.
- (B) promover a reprodução dos valores vigentes para assegurar a estabilidade das estruturas sociais e econômicas.
- (C) garantir o acesso ao conhecimento sistematizado como ferramenta para a emancipação e a transformação social.
- (D) priorizar a formação técnica imediata visando atender às demandas sazonais do mercado de trabalho.
- (E) estabelecer uma gestão centralizada para assegurar a eficiência administrativa em detrimento da participação coletiva.

50. A inclusão educacional, fundamentada nos princípios da Educação para Todos, pressupõe que o sistema de ensino se adapte para acolher a diversidade humana, superando modelos baseados na integração apenas física do estudante. No que concerne à implementação de uma prática inclusiva e ao respeito à diversidade nas instituições de ensino, é correto afirmar que:

- (A) a padronização das avaliações e dos métodos de ensino constitui a estratégia principal para promover a igualdade de oportunidades no ambiente escolar.
- (B) a inclusão efetiva ocorre quando o currículo escolar é simplificado para os alunos com deficiência a fim de garantir a aprovação automática.
- (C) o atendimento educacional especializado deve substituir o ensino em sala de aula comum para os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem.
- (D) a escola deve eliminar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais para assegurar o acesso e a participação plena de todos os discentes.
- (E) a diversidade cultural deve ser abordada como um tema secundário, sendo trabalhada preferencialmente em eventos isolados do calendário letivo.

51. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), publicado em 2007, estabelece diretrizes para a incorporação da Educação em Direitos Humanos (EDH) em diversos âmbitos sociais e institucionais. De acordo com o PNEDH, a concepção de Educação em Direitos Humanos na Educação Básica fundamenta-se na:

- (A) adoção de práticas de gestão escolar democrática que permitam a vivência cotidiana de valores de respeito e solidariedade.
- (B) oferta de conteúdos jurídicos específicos voltados à formação de especialistas em legislação internacional de direitos civis.
- (C) centralização das decisões administrativas na figura do gestor para assegurar a neutralidade política no ambiente pedagógico.
- (D) implementação de programas de reforço escolar destinados prioritariamente aos estudantes com defasagem de idade e série.
- (E) criação de uma disciplina obrigatória na matriz curricular para evitar a dispersão do tema em outras áreas do saber.

52. A Lei nº 9.394/1996 (LDB) estabelece as diretrizes e bases que organizam o sistema educacional brasileiro, definindo responsabilidades, níveis e modalidades de ensino. De acordo com as disposições vigentes dessa Lei sobre a organização da educação básica, é correto afirmar que cabe aos estabelecimentos de ensino:

- (A) organizar os calendários escolares de maneira uniforme, vedada a adequação às condições climáticas locais.
- (B) elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino.
- (C) definir as matrizes curriculares de forma autônoma, sem obrigatoriedade de adesão a uma base nacional comum.
- (D) assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula mediante a frequência integral ao menos do corpo docente.
- (E) promover a classificação de alunos em qualquer série ou etapa, independentemente de escolarização anterior.

53. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é compreendido como um documento que sistematiza a identidade, as metas e as práticas de uma instituição escolar. No que concerne ao compromisso do PPP com a qualidade social do ensino, é correto afirmar que:

- (A) a elaboração do PPP constitui uma exigência formal de caráter burocrático que visa atender às determinações dos órgãos de supervisão e inspeção do sistema.
- (B) a construção da proposta pedagógica deve ser centralizada na equipe de gestão escolar com o objetivo de assegurar a coerência técnica e a celeridade dos processos administrativos.
- (C) a qualidade social da educação se efetiva por meio de um PPP que privilegia o alcance de índices estatísticos de aprovação como principal indicador de sucesso institucional.
- (D) a função do projeto pedagógico reside na adequação do currículo escolar às competências exigidas pelo mercado de trabalho em detrimento de questões sociais locais.
- (E) o PPP deve ser concebido como um processo permanente de reflexão e ação coletiva que busca a superação da fragmentação do trabalho e a democratização do saber.

54. No âmbito do Ensino Fundamental I, os fundamentos da educação orientam a prática docente para além da mera transmissão de informações, exigindo a compreensão da escola como espaço de mediação entre o saber espontâneo e o saber sistematizado. Considerando as bases teóricas que sustentam o processo de ensino-aprendizagem nesta etapa, é correto afirmar que:

- (A) a organização do trabalho pedagógico deve priorizar a fragmentação dos conteúdos em unidades mínimas para facilitar a memorização por parte dos estudantes em fase inicial.
- (B) a aprendizagem escolar atua de modo a organizar os conceitos cotidianos da criança, promovendo a transição do pensamento sincrético para formas mais complexas de abstração.
- (C) o desenvolvimento das funções psíquicas superiores ocorre de forma autônoma, dependendo essencialmente da maturação biológica das estruturas cerebrais do aluno.
- (D) a prática pedagógica deve focar no atendimento das necessidades imediatas da criança, evitando a introdução de conceitos científicos que se distanciem do seu cotidiano.
- (E) o papel do docente no ciclo de alfabetização e letramento configura-se como o de um observador passivo, permitindo que a criança descubra as regras do sistema de escrita com o mínimo de intervenções.

55. A Pedagogia da Infância, tal como apresentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 2010, constitui-se como um campo teórico que busca superar a perspectiva puramente preparatória e escolarizante da educação de crianças pequenas. Ao definir os eixos norteadores do trabalho pedagógico com bebês e crianças, essa perspectiva defende que:

- (A) a avaliação do progresso infantil deve pautar-se na aplicação de testes padronizados de prontidão para a leitura e escrita no final da primeira infância.
- (B) a organização das atividades curriculares deve ser estruturada a partir de áreas do conhecimento isoladas para garantir a sistematização do saber acadêmico.
- (C) a centralidade do processo educativo reside na transmissão de conteúdos universais que preparem a criança para o ingresso imediato no ensino fundamental.
- (D) a criança deve ser compreendida como sujeito histórico e de direitos que produz cultura e aprende por meio das interações e da brincadeira.
- (E) o planejamento docente precisa priorizar a rotina de cuidados biológicos como uma etapa dissociada das intenções educativas e do desenvolvimento cognitivo.

56. No processo de alfabetização inicial, a perspectiva infantil revela que a aprendizagem da escrita não se reduz à memorização de normas gráficas, mas envolve uma reconstrução conceitual do sistema de representação. Sob a ótica da psicogênese da língua escrita, é correto afirmar que a criança:

- (A) desenvolve a compreensão do sistema alfabético através da repetição exaustiva de famílias silábicas descontextualizadas da função social.
- (B) interpreta a escrita inicialmente como uma representação direta do objeto, sem estabelecer relação com a sonoridade das palavras.
- (C) atinge a hipótese silábica somente após o domínio completo da coordenação motora fina e da identificação visual de todas as vogais.
- (D) percebe a escrita como um código de transcrição fonética desde o primeiro contato com materiais impressos no ambiente escolar.
- (E) apresenta erros ortográficos decorrentes da falta de maturidade cognitiva necessária para a diferenciação entre desenho e letra.

57. No cenário educacional contemporâneo, o conceito de letramento (do inglês *literacy*) passou a integrar as diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental. Diferentemente da alfabetização, que se ocupa da aquisição do sistema convencional de escrita, o letramento define-se como o processo que:

- (A) estabelece uma hierarquia de saberes em que a escrita acadêmica deve se sobrepor às práticas linguísticas vernáculas dos estudantes.
- (B) prioriza o domínio das normas ortográficas e gramaticais como pré-requisito para a inserção do indivíduo em práticas sociais de leitura.
- (C) envolve o desenvolvimento de competências e habilidades que permitem ao sujeito o uso efetivo da escrita nas diversas esferas da vida social.
- (D) consiste na transposição de textos literários clássicos para o contexto escolar visando o enriquecimento do vocabulário infantil.
- (E) foca na superação do analfabetismo funcional por meio da repetição sistemática de fonemas e grafemas isolados do contexto cultural.

58. A organização didática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deve articular as experiências vividas na Educação Infantil com a sistematização progressiva dos conhecimentos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, publicadas em 2010 pelo MEC, o planejamento docente deve:

- (A) utilizar metodologias que integrem diferentes áreas do saber.
- (B) priorizar a transmissão verbal de conteúdo.
- (C) adotar o livro didático para padronizar o ritmo de aprendizagem.
- (D) focar o trabalho pedagógico na memorização de fórmulas e regras ortográficas.
- (E) manter o controle da sala de aula, sabendo que um ambiente silencioso é essencial para a eficácia do processo de ensino.

59. Segundo a historiografia literária proposta por Nelly Novaes Coelho em *Literatura Infantil Brasileira: História, Teoria, Crítica* (2000), a produção de livros para crianças no Brasil atravessou diversas fases, desde as adaptações pedagógicas do século XIX até a ruptura modernista. Sobre os precursores e consolidadores desse gênero no país, é correto afirmar que:

- (A) a literatura infantil brasileira contemporânea abandonou os preceitos de intertextualidade iniciados por Lobato para focar na descrição literal de fatos cotidianos da criança.
- (B) os textos de autores como Abílio César Borges (Barão de Macahubas) priorizavam a função estética da linguagem em detrimento das intenções moralizantes e doutrinárias da época.
- (C) a obra de Monteiro Lobato representou a continuidade do modelo europeu de contos de fadas, mantendo a estrutura clássica de submissão infantil às figuras de autoridade adulta.
- (D) a produção de Figueiredo Pimentel, com a obra *Contos da Carochinha*, marcou o início de uma literatura de entretenimento que valorizava o folclore nacional como base pedagógica.
- (E) as narrativas de Viriato Corrêa, na primeira metade do século XX, focaram na reconstrução histórica do Brasil com o intuito de fortalecer o sentimento cívico e o ideário nacionalista.

60. No panorama da literatura infantil brasileira, a obra de Monteiro Lobato é frequentemente apontada por críticos como Nelly Novaes Coelho como o marco divisório entre a “literatura escolar” e a “literatura de arte”. Sobre o papel inovador de Lobato e a influência de sua estética sobre os seguidores do gênero no Brasil, é correto afirmar que:

- (A) a autonomia de pensamento conferida a personagens como Emília serviu para demonstrar que o conhecimento infantil deve ser sempre subordinado à validação das figuras adultas.
- (B) a linguagem lobatiana buscou aproximar-se da oralidade brasileira, rompendo com o rigor formal e o tom doutrinário que caracterizavam as obras infantis dos precursores do século XIX.
- (C) as personagens do Sítio do Picapau Amarelo foram concebidas como modelos de obediência cívica, visando reforçar o papel da escola como principal instância de formação moral da criança.
- (D) a inovação de Lobato limitou-se à tradução de fábulas europeias clássicas, adaptando os cenários originais para a realidade rural brasileira sem alterar a estrutura moral das narrativas.
- (E) a perspectiva crítica de Lobato sobre o progresso e a ciência foi gradualmente abandonada pelos seus seguidores, que retornaram ao modelo de contos de fadas tradicionais.

61. A avaliação da aprendizagem, conforme as contribuições de Cipriano Luckesi (2011), entre outros, deve superar o caráter meramente classificatório para se tornar um instrumento de diagnóstico e crescimento. No contexto de uma prática pedagógica voltada para a qualidade social do ensino, a avaliação formativa caracteriza-se por:

- (A) realizar testes padronizados de múltipla escolha como o método exclusivo para mensurar a eficácia das metodologias aplicadas.
- (B) priorizar a atribuição de notas e conceitos ao final de cada ciclo letivo para determinar a progressão ou retenção dos estudantes.
- (C) fornecer subsídios para que o docente reajuste seu planejamento e ofereça mediações pontuais durante o processo de ensino.
- (D) focar na verificação do acúmulo de informações memorizadas pelos alunos para garantir o cumprimento das metas do currículo.
- (E) estabelecer um ranking de desempenho entre as turmas com o objetivo de estimular a competitividade e a produtividade acadêmica.

62. De acordo com a teoria de Jean Piaget sobre a gênese das estruturas lógicas, a formação do pensamento lógico da criança é marcada por uma mudança qualitativa na forma como ela processa a realidade. Sobre esse processo de formação do pensamento lógico, é correto afirmar que:

- (A) a construção das operações lógicas depende da superação do egocentrismo cognitivo e da conquista da capacidade de conservação de quantidades e volumes.
- (B) a criança em estágio pré-operatório já manifesta a reversibilidade do pensamento, sendo capaz de retornar mentalmente ao ponto de partida de uma transformação física.
- (C) a aquisição da lógica operatória ocorre de forma súbita e independente das experiências sensoriais vivenciadas pela criança nos primeiros anos de vida.
- (D) o pensamento lógico-formal, caracterizado pela capacidade de abstração hipotético-dedutiva, é atingido plenamente ao final do período operatório-concreto.
- (E) a organização do pensamento lógico infantil fundamenta-se na imitação passiva de modelos adultos, sem que haja uma reconstrução interna das regras lógicas.

63. A construção do sistema de escrita pela criança é um processo de investigação de natureza conceitual, no qual o sujeito elabora sucessivas hipóteses sobre as regras de funcionamento da língua escrita. No que se refere ao desenvolvimento da escrita e à transição entre os níveis evolutivos durante a psicogênese da língua escrita, é correto afirmar que:

- (A) a escrita silábico-alfabética constitui um retrocesso temporário no desenvolvimento, resultante da confusão entre os nomes das letras e seus respectivos valores fonéticos.
- (B) a hipótese silábica com valor sonoro representa o estágio em que a criança utiliza obrigatoriamente letras que correspondem exatamente aos fonemas iniciais de cada sílaba.
- (C) o conflito cognitivo que conduz à hipótese alfabética surge quando a criança percebe que a correspondência de uma letra para cada sílaba é insuficiente para diferenciar palavras distintas.
- (D) a passagem do nível pré-silábico para o silábico ocorre quando a criança abandona a exigência de quantidade mínima de caracteres para que um registro possa ser lido.
- (E) o estágio alfabético caracteriza-se pelo domínio imediato das convenções ortográficas, eliminando as trocas entre letras que possuem o mesmo som.

64. A alfabetização, nas perspectivas de Magda Soares e Paulo Freire, não se limita ao domínio mecânico do sistema alfabético, mas compreende uma dimensão política e social intrínseca ao desenvolvimento humano. Sob essa ótica, a função social da alfabetização na escola pública deve ser compreendida como:

- (A) o processo de inserção do sujeito na cultura escrita para o exercício pleno de seus direitos e deveres na sociedade.
- (B) o treinamento intensivo de habilidades motoras para a reprodução fiel de textos e documentos oficiais.
- (C) o acesso aos códigos linguísticos com o objetivo de adaptar o indivíduo às normas de comportamento vigentes.
- (D) a transmissão de conteúdos gramaticais eruditos para a padronização do vocabulário das classes populares.
- (E) a memorização de fonemas isolados para garantir o sucesso em exames de larga escala de nível nacional.

65. O uso de tecnologias digitais, como softwares educativos, jogos fonológicos e tablets, tem se tornado um recurso crescente nos processos de alfabetização. Quando utilizadas a favor da aprendizagem, essas ferramentas devem servir primordialmente para:

- (A) mecanizar a decodificação de sílabas por meio de repetições automáticas sem a necessidade de contexto.
- (B) substituir a presença do professor em sala de aula, permitindo que a criança aprenda de forma isolada.
- (C) garantir que os alunos passem a maior parte do tempo letivo em frente às telas para evitar o uso de papel e lápis.
- (D) oferecer estímulos interativos que auxiliem a criança na reflexão sobre o sistema de escrita e os sons das letras.
- (E) focar na agilidade motora do manuseio de aparelhos eletrônicos em detrimento da leitura.

PROVA DISCURSIVA (REDAÇÃO)

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. O texto deverá conter a extensão mínima de **20 (vinte)** linhas, e máxima de **30 (trinta)** linhas, sem contar o título.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- A prova discursiva consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo sobre tema formulado pela Banca Examinadora.

TEXTOS MOTIVADORES

Texto I

Comércio ilegal de canetas emagrecedoras cresce impulsionado pela desinformação, e aumenta riscos à saúde

Pesquisa identificou um aumento de 35% no consumo de substâncias emagrecedoras, sobretudo entre mulheres jovens, impulsionado pela ampla oferta em farmácias e plataformas online

Ao longo das últimas quatro décadas, a obesidade consolidou-se como uma epidemia de proporções globais. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que a prevalência da condição quase triplicou no período, atingindo todas as regiões do mundo. Em publicação recente, a entidade estima que a obesidade esteve associada a cerca de 3,7 milhões de mortes em 2024 e que o número de pessoas vivendo com a condição pode dobrar até 2030.

Diante do agravamento do problema, os tratamentos farmacológicos avançaram nos últimos anos com o desenvolvimento de novos medicamentos. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, em janeiro de 2023, o Wegovy®, medicamento à base de semaglutida, para o tratamento de sobrepeso e obesidade em adultos com comorbidades.

A mesma substância está presente em medicamentos como Ozempic® e Rybelsus®, inicialmente aprovados no país para o tratamento do diabetes tipo 2, embora tenham conquistado popularidade pelo efeito de perda de peso. Já o Mounjaro® (tirzepatida) foi a princípio registrado pela Anvisa, em 2023, para o tratamento do diabetes. Em junho de 2025, a Anvisa ampliou a indicação do Mounjaro para tratamento de obesidade e sobrepeso com comorbidade.

Ambos os medicamentos, quando prescritos e adquiridos em farmácias regulamentadas, integram tratamentos reconhecidos pela medicina. Fora desse contexto, quando vendidos sem receita ou pela internet, passam a representar riscos à saúde. No entanto, a crescente demanda global por esses medicamentos extrapolou as indicações terapêuticas aprovadas, impulsionando um aumento expressivo do uso sem prescrição e sem acompanhamento de profissional de saúde, especialmente com finalidades estéticas.

Todos esses produtos vêm sendo amplamente divulgados e vendidos pela internet, nas redes sociais, por algumas clínicas de estética, farmácias de manipulação e centros de bem-estar, colocando potencialmente as pessoas em risco. Esse movimento acendeu alertas em autoridades sanitárias, especialistas e laboratórios fabricantes tanto pelo uso indevido quanto pela circulação de produtos falsificados ou de baixa qualidade, frequentemente comercializados em cadeias de suprimento não regulamentadas.

No Brasil, 77% da população utilizam medicamentos sem prescrição médica, de acordo com o Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF/SP). Esse cenário é potencializado pela forte presença digital do país, que, conforme a Comscore, ocupa a terceira posição mundial no consumo de redes sociais e figura como o segundo país com maior volume de buscas na internet por Ozempic e Mounjaro.

Nesse contexto, a pesquisa *Automedicação e acesso irregular às canetas emagrecedoras: um desafio de saúde pública* identificou um aumento de 35% no consumo dessas substâncias emagrecedoras, sobretudo entre mulheres jovens, impulsionado pela ampla oferta em farmácias e plataformas online.

Texto II



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema **“Automedicação para fins estéticos: uma epidemia na saúde brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista, em, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas.

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

